



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 087/2012

Súmula: Altera a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

Art. 1.º – O art. 1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º – Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD, a ser gerido pela Coordenadoria Estadual Antidrogas.

Parágrafo único. Equivalem-se para fins desta Lei as expressões Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Fundo, bem como a sigla FESD."

Art. 2.º – O art. 2.º e seu §1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD tem por finalidade a captação e administração de recursos financeiros destinados à ação pública de pesquisa sobre a temática em questão, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual Antidrogas, unidade de nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, indicará servidor pertencente a seu quadro técnico-efetivo para gerenciar a execução das atividades orçamentárias e financeiras do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD."

Art. 3.º – O art. 3.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º – Constituem recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas:

I – dotação específica consignada no orçamento do Estado do Paraná, consignada anualmente no Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

III – doações, auxílios, legados e contribuições de:

- a) organismos ou entidades nacionais e internacionais;
- b) pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, de acordo com a Lei Federal n.º 9.532 de 10 de dezembro de 1997, as quais poderão ser elegíveis para receber incentivos fiscais, mediante prévia avaliação da Coordenadoria Estadual Antidrogas, em consonância com o Conselho Estadual Antidrogas.

IV – créditos adicionais que lhe forem abertos;

V – transferência de recursos financeiros advindos de convênios com o Governo Federal;

VI – recursos que lhe forem destinados pelo Governo do Paraná;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e outros firmados entre o Estado e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais e estaduais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII – todo e qualquer bem de valor econômico e valores em espécie, apreendidos em decorrência do tráfico de drogas ou utilizados de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, ou ainda, que tenham sido adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, em todo o território do Estado do Paraná, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial, conforme disposto no art. 4.º da Lei Federal n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações;

IX – recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o inciso VII deste artigo;

X – recursos oriundos do leilão de bens perdidos em favor do Estado do Paraná e dos bens e valores objeto do crime de tráfico de drogas que tenham sido apreendidas no Estado do Paraná, conforme art. 2.º, inciso VI, da Lei Federal n.º 7.560 de 19 de dezembro de 1986;

XI – bens cuja autorização de uso com transferência de responsabilidade tenha sido declarada pelo juízo competente, ouvido o Ministério Público e após parecer de destinação da Coordenadoria Estadual Antidrogas com prévia deliberação do Conselho Estadual Antidrogas;

XII – recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados na fabricação e transformação de drogas no âmbito do território do Estado do Paraná;

XIII – recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos;

XIV – recursos provenientes de publicações e eventos promovidos pelo Conselho Estadual Antidrogas;

XV – quaisquer outras rendas eventuais, que por sua natureza, possam ser destinadas ao FESD."

Art. 4.º – O art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º – Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em banco oficial, em conta especial, sob a denominação "Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas", que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor do FESD, ou, por delegação deste, pelo Secretário Executivo do Conselho Diretor do FESD, em conjunto com, no mínimo, duas pessoas autorizadas pelo referido Conselho."

Art. 5.º – O art. 5.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação;

II – do atendimento das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do FESD;

III – do cumprimento das exigências previstas em regulamento próprio.

§ 1.º As despesas do exercício anterior, para o qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido efetuadas no momento oportuno e, ainda, os restos a pagar e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos em conta de dotação específica, consignada no orçamento do exercício seguinte, discriminada por elementos, obedecida, tanto quanto possível, a ordem cronológica.

§ 2.º O funcionamento e a administração do FESD serão objeto de regulamentação pelo Conselho Diretor do FESD."



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 6.º – O art. 6.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º O patrimônio, as receitas e eventual superávit do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, sendo vedada a utilização de seu patrimônio para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou das Polícias Civil e Militar."

Art. 7.º – O art. 7.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas será fiscalizado pelo Ministério Público, ao qual serão encaminhados, por meio do Conselho Diretor, relatórios gerenciais sobre a aplicação de seus recursos e atividades, e que prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná."

Art. 8.º – O art. 8.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º – Os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD serão destinados, com exclusividade, para:

I – a implantação da política estadual sobre drogas;

II – a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas;

III – o desenvolvimento de projetos de formação profissional para tratamento e reabilitação de dependentes, bem como para controle de uso e tráfico de drogas, em conjunto com os diversos seguimentos da sociedade e órgãos componentes;

IV – o reaparelhamento e custeio das atividades de pesquisa, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas e produtos controlados;

V – o apoio a entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de prevenção, redução de dano, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos;

VI – o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao público que abordem a temática relacionada às drogas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – a organização de eventos de caráter científico voltados ao estudo e debate de matérias relativas à prevenção, redução do dano, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas e fiscalização e repressão, no âmbito do Estado do Paraná;

VIII – os programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

IX – o subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FESD e do Conselho Estadual Antidrogas em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate às drogas;

X – custos de sua própria gestão; excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

XI – a Rede de Atenção Integral em Saúde Mental para usuários de álcool e outras drogas;

XII – capacitação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.

Parágrafo único. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas integrarão a carga patrimonial da Secretaria de Estado que detiver as atividades referentes à administração da Coordenadoria Estadual Antidrogas."

Art. 9.º – O art. 9.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º – Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, órgão colegiado, deliberativo e de caráter consultivo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação dos recursos financeiros do referido Fundo proposto pelo Conselho Estadual Antidrogas e de realizar o seu respectivo acompanhamento.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, consideram-se sinônimos, nesta Lei, os termos Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Diretor e Conselho."

Art. 10 – A Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas, na qualidade de Presidente;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – um representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;

III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;

IV – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;

VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;

IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;

XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.

§ 1.º – Os membros referidos nos incisos II a X serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2.º – O membro nato constante do inciso I será substituído por seu suplente legal em suas faltas e ou impedimentos.

§ 3.º – Os representantes apontados no inciso XI serão eleitos em assembleias próprias, convocadas para este fim específico, amplamente divulgada, visando a participação de entidades e membros da comunidade que comprovadamente estejam envolvidos com ações de combate às drogas nas mais diversas frentes.

§ 4.º – Haverá 01 (um) suplente para cada membro do Conselho Diretor, a ser indicado pela entidade responsável.

Art. 11 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12 – O Conselho funcionará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do Conselho além do voto comum o de qualidade.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 13 – Os membros deste Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, após as indicações, para um mandato de 02 (dois) anos ou mandato a se encerrar com o término do mandato do Governador que os nomeou, podendo ser reconduzidos por mais 01 (um) mandato.

Art. 14 – Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – doença que exija licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV – ausência injustificada a mais de 05 (cinco) sessões consecutivas;

V – contumácia na retenção de processos, além de prazos regimentais;

VI – procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VII – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 15 – Os membros do Conselho não serão remunerados sendo seus serviços prestados considerados de relevância ao Estado do Paraná.

Art. 16 – Ao Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas compete:

I – a apreciação e aprovação dos Programas de Trabalho do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e o acompanhamento de sua execução;

II – a deliberação e aprovação dos orçamentos de despesas do Fundo e suas alterações significativas de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e demais normas disciplinadoras da matéria, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

III – a deliberação e aprovação da proposta orçamentária para gestões do Fundo, bem como as alterações orçamentárias, que serão encaminhadas para providências junto ao Grupo Financeiro Setorial da Secretaria que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas ao combate às drogas, de acordo com as normas pertinentes à matéria orçamentária;

IV – a deliberação e aprovação de balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extraorçamentários, a serem apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV – instituir os processos referentes aos programas de trabalho, orçamentos de despesas, investimentos, aplicações, demonstrativos e prestações de contas, para a deliberação do Conselho;

V – providenciar as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões do Conselho;

VI – assinar correspondências relativas ao Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, quando autorizado pelo Presidente do Conselho Diretor;

VII – movimentar a conta bancária do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, por delegação, conforme as deliberações do Conselho e determinações do seu Presidente;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas e/ou designadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 19 – Aos membros do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – estudar e relatar os processos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;

II – votar a matéria em discussão, podendo pedir vistas dos processos, bem como apresentar voto em separado;

III – tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões dos processos e pedir adiamentos de discussões;

IV – requerer urgência, para discussão e votação de processos não incluídos em pauta, bem como preferência nas votações em determinado assunto;

V – apresentar indicações e levantar questões de ordem;

VI – desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos por deliberação do Conselho ou por seu Presidente.

Art. 20 – A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará o necessário suporte técnico-administrativo para o funcionamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 21 – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas contará com um profissional habilitado, formado em Ciências Contábeis ou em curso de Contabilidade, devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para responder pela execução orçamentária, financeira e contábil, conforme o artigo 2.º, parágrafo único, da presente Lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 22 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo titular do órgão que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, "ad referendum" do Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas.

Art. 23 – Ficam revogadas as disposições:

I – dos parágrafos 2.º e 3.º do art. 2.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

II – dos parágrafos do art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

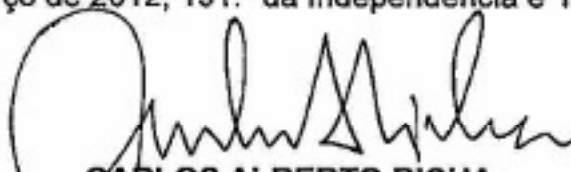
III – da Lei n.º 12.348, de 06 de novembro de 1998; e

IV – do Decreto Estadual n.º 3993, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, utilizando quaisquer formas previstas no Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 9 de março de 2012
OF CEE/G 048/12

LIDO NO EXPEBIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 MAR. 2012

[Signature]
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – A D L para providências.

Em, 13/03/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

MENSAGEM N.º 02/2012

Curitiba, 9 de março de 2012

Senhor Presidente,

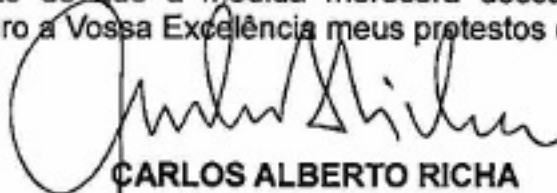
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva alterar a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Atualmente, o Fundo Estadual Antidrogas é incumbido da captação e administração dos recursos financeiros destinados à ação pública de prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos, na forma da legislação vigente.

Com a edição da presente proposta, o Fundo Estadual Antidrogas denominar-se-á Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD e abordará, também, no que tange à destinação dos recursos do fundo, a implantação da política antidrogas, a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas, dentre outros, que antes não eram abarcados pela legislação em vigor.

Dessa forma, tendo em vista os avanços trazidos pelo presente Anteprojeto de Lei no que se refere às Políticas Públicas de Combate às Drogas, imperioso se faz a aprovação do presente.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



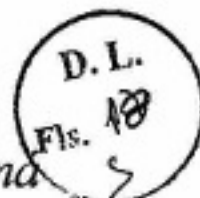
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Impulsi prot. n.º 11.188.905-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



ANÁLISE PRÉVIA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

Projeto de Lei nº. 087/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 002/12

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 14.264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUIU O FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. [grifos nossos]

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº. 087/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 002/12

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 14.264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUIU O FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

Pedro Lupion

Wm. Amys

Monte



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 087/2012

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo alterar a Lei nº 14.264 de 22 de dezembro de 2003, que institui o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, na Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Por força do art. 33-I, chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta apresenta avanços no que se refere às Políticas Públicas de Combate às Drogas, altera a denominação do fundo, aborda um número maior de atos, programas e tratamentos oferecidos pela lei, bem como estabelece critérios de fiscalização.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação do feito pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/04/12





DR. BATISTA
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 02/12, e objetiva alterar a Lei nº 14.264, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Da mesma forma foi a matéria encaminhada a Comissão de Saúde Pública, que por meio da Relatora Deputada Marla Tureck, emitiu o devido parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, tão somente fora detectado, pequeno dissentimento de cunho organizacional, com certeza por lapso, pois na constituição do respectivo Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, expressa no artigo 10, da Proposição, constam representantes indicados pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público, dentre outros do Poder Executivo, não figurando nenhum componente indicado pelo Poder Legislativo.

Neste sentido, esta Comissão de Finanças, entende necessária a intervenção por meio de **emenda aditiva, inserindo o inciso XII**, ao artigo 10, da Lei 14.264, integrando um Representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas desta Assembleia Legislativa ao Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 087/12, com a **emenda aditiva** na forma constante em anexo.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Sala das Comissões em 18/04/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

SÚMULA: Altera o caput artigo 10, do Projeto de Lei nº 087/12, inserindo também, inciso ao dispositivo.

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 10, do Projeto de Lei nº 087/12, passando o articulado a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

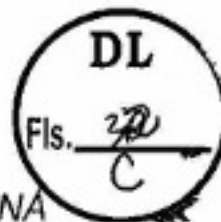
“Art. 10. A Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2.003, passa a vigorar acrescida do artigo 10, com a seguinte redação:

“Art. 10. O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

- I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas;
- II – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;
- III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- IV- 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;
- VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná;
- IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do estado do Paraná;
- X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;
- XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada;
- XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sala das Comissões em 18/04/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR





REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 18 ABR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 087/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/12 respectivamente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 087/12, oriundo da Mensagem nº 002/12, que altera a Lei 14.264/03 que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2012.

Deputado Estadual
ADEMAR TRAIANO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
18/04/12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

Projeto de Lei nº 087/12

Autor da emenda: Comissão de Finanças – Deputado Waldyr Pugliesi.

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.

Ocorre que, recebeu Emenda Aditiva da Comissão de Finanças, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Por esta razão é que a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda aditiva foi proposta pelo relator na Comissão de Finanças.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa à presente emenda, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pela Comissão de Finanças, na forma da **SUBEMENDA** em anexa.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 087/2012

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de autoria da Comissão de Finanças que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica acrescido inciso XII ao art. 10 do Projeto de Lei nº 087/2012, passando a contar com a seguinte redação:

"Art. 10. O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

(...)

XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR

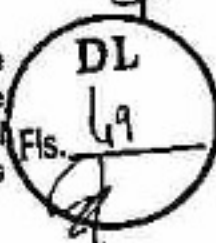


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLANO 01
DAP. 03/05/12

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 87/2012

Súmula: Altera a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.



Art. 1.º – O art. 1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1.º – Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD, a ser gerido pela Coordenadoria Estadual Antidrogas.

Parágrafo único. Equivalem-se para fins desta Lei as expressões Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Fundo, bem como a sigla FESD."

Art. 2.º – O art. 2.º e seu §1.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2.º O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD tem por finalidade a captação e administração de recursos financeiros destinados à ação pública de pesquisa sobre a temática em questão, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual Antidrogas, unidade de nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, indicará servidor pertencente a seu quadro técnico-efetivo para gerenciar a execução das atividades orçamentárias e financeiras do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD."

Art. 3.º – O art. 3.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3.º – Constituem recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas:

I – dotação específica consignada no orçamento do Estado do Paraná, consignada anualmente no Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

III – doações, auxílios, legados e contribuições de:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



- a) organismos ou entidades nacionais e internacionais;
- b) pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, de acordo com a Lei Federal n.º 9.532 de 10 de dezembro de 1997, as quais poderão ser elegíveis para receber incentivos fiscais, mediante prévia avaliação da Coordenadoria Estadual Antidrogas, em consonância com o Conselho Estadual Antidrogas.

IV – créditos adicionais que lhe forem abertos;

V – transferência de recursos financeiros advindos de convênios com o Governo Federal;

VI – recursos que lhe forem destinados pelo Governo do Paraná;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e outros firmados entre o Estado e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais e estaduais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII – todo e qualquer bem de valor econômico e valores em espécie, apreendidos em decorrência do tráfico de drogas ou utilizados de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, ou ainda, que tenham sido adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, em todo o território do Estado do Paraná, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial, conforme disposto no art. 4.º da Lei Federal n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações;

IX – recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o inciso VII deste artigo;

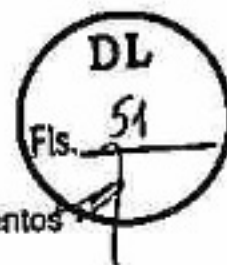
X – recursos oriundos do leilão de bens perdidos em favor do Estado do Paraná e dos bens e valores objeto do crime de tráfico de drogas que tenham sido apreendidos no Estado do Paraná, conforme art. 2.º, inciso VI, da Lei Federal n.º 7.560 de 19 de dezembro de 1986;

XI – bens cuja autorização de uso com transferência de responsabilidade tenha sido declarada pelo juízo competente, ouvido o Ministério Público e após parecer de destinação da Coordenadoria Estadual Antidrogas com prévia deliberação do Conselho Estadual Antidrogas;

XII – recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados na fabricação e transformação de drogas no âmbito do território do Estado do Paraná;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



XIII – recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos;

XIV – recursos provenientes de publicações e eventos promovidos pelo Conselho Estadual Antidrogas;

XV – quaisquer outras rendas eventuais, que por sua natureza, possam ser destinadas ao FESD.”

Art. 4.º – O art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º – Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em banco oficial, em conta especial, sob a denominação “Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas”, que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor do FESD, ou, por delegação deste, pelo Secretário Executivo do Conselho Diretor do FESD, em conjunto com, no mínimo, duas pessoas autorizadas pelo referido Conselho.”

Art. 5.º – O art. 5.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação;

II – do atendimento das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do FESD;

III – do cumprimento das exigências previstas em regulamento próprio.

§ 1.º As despesas do exercício anterior, para o qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido efetuadas no momento oportuno e, ainda, os restos a pagar e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos em conta de dotação específica, consignada no orçamento do exercício seguinte, discriminada por elementos, obedecida, tanto quanto possível, a ordem cronológica.

§ 2.º O funcionamento e a administração do FESD serão objeto de regulamentação pelo Conselho Diretor do FESD.”

Art. 6.º – O art. 6.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



"Art. 6.º O patrimônio, as receitas e eventual superávit do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, sendo vedada a utilização de seu patrimônio para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou das Polícias Civil e Militar."

Art. 7.º – O art. 7.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas será fiscalizado pelo Ministério Público, ao qual serão encaminhados, por meio do Conselho Diretor, relatórios gerenciais sobre a aplicação de seus recursos e atividades, e que prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná."

Art. 8.º – O art. 8.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º – Os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD serão destinados, com exclusividade, para:

I – a implantação da política estadual sobre drogas;

II – a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas;

III – o desenvolvimento de projetos de formação profissional para tratamento e reabilitação de dependentes, bem como para controle de uso e tráfico de drogas, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade e órgãos componentes;

IV – o reaparelhamento e custeio das atividades de pesquisa, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas e produtos controlados;

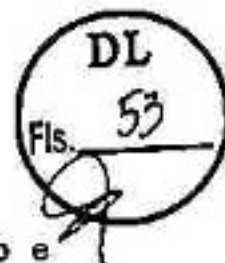
V – o apoio a entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de prevenção, redução de dano, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos;

VI – o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao público que abordem a temática relacionada às drogas;

VII – a organização de eventos de caráter científico voltados ao estudo e debate de matérias relativas à prevenção, redução do dano, tratamento,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas e fiscalização e repressão, no âmbito do Estado do Paraná;

VIII – os programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

IX – o subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FESD e do Conselho Estadual Antidrogas em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate às drogas;

X – custos de sua própria gestão; excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

XI – a Rede de Atenção Integral em Saúde Mental para usuários de álcool e outras drogas;

XII – capacitação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.

Parágrafo único. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas integrarão a carga patrimonial da Secretaria de Estado que detiver as atividades referentes à administração da Coordenadoria Estadual Antidrogas."

Art. 9.º – O art. 9.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 9.º** – Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, órgão colegiado, deliberativo e de caráter consultivo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação dos recursos financeiros do referido Fundo proposto pelo Conselho Estadual Antidrogas e de realizar o seu respectivo acompanhamento.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, consideram-se sinônimos, nesta Lei, os termos Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Diretor e Conselho."

Art. 10 – A Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

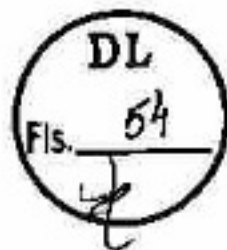
***Art. 10** – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas, na qualidade de Presidente;

II – um representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



- III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;
- VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;
- IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;
- XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.
- XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1.º – Os membros referidos nos incisos II a X serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2.º – O membro nato constante do inciso I será substituído por seu suplente legal em suas faltas e ou impedimentos.

§ 3.º – Os representantes apontados no inciso XI serão eleitos em assembleias próprias, convocadas para este fim específico, amplamente divulgada, visando a participação de entidades e membros da comunidade que comprovadamente estejam envolvidos com ações de combate às drogas nas mais diversas frentes.

§ 4.º – Haverá 01 (um) suplente para cada membro do Conselho Diretor, a ser indicado pela entidade responsável.

Art. 11 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12 – O Conselho funcionará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do Conselho além do voto comum o de qualidade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 13 – Os membros deste Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, após as indicações, para um mandato de 02 (dois) anos ou mandato a se encerrar com o término do mandato do Governador que os nomeou, podendo ser reconduzidos por mais 01 (um) mandato.

Art. 14 – Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – doença que exija e licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV – ausência injustificada a mais de 05 (cinco) sessões consecutivas;

V – contumácia na retenção de processos, além de prazos regimentais;

VI – procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VII – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 15 – Os membros do Conselho não serão remunerados sendo seus serviços prestados considerados de relevância ao Estado do Paraná.

Art. 16 – Ao Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas compete:

I – a apreciação e aprovação dos Programas de Trabalho do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e o acompanhamento de sua execução;

II – a deliberação e aprovação dos orçamentos de despesas do Fundo e suas alterações significativas de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e demais normas disciplinadoras da matéria, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

III – a deliberação e aprovação da proposta orçamentária para gestões do Fundo, bem como as alterações orçamentárias, que serão encaminhadas para providências junto ao Grupo Financeiro Setorial da Secretaria que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas ao combate às drogas, de acordo com as normas pertinentes à matéria orçamentária;

IV – a deliberação e aprovação de balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extraorçamentários, a serem apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

V – o desempenho de outras atividades correlatas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 17 – Ao Presidente do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II – representar o Conselho, especialmente na celebração de contratos, convênios e os demais atos jurídicos de interesse do Sistema Penitenciário e que tenham a intermediação do Fundo Estadual sobre Drogas;

III – baixar Resoluções com as deliberações do Conselho, zelando pela sua observância;

IV – zelar pela observância das disposições do Regulamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas;

V – aprovar a pauta de assuntos para as reuniões do Conselho;

VI – designar comissões e delas participar;

VII – autorizar a realização de despesas em conformidade com o programa aprovado, bem como as despesas urgentes, “ad referendum” do Conselho;

VIII – encaminhar as prestações de contas do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IX – desempenhar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas poderá delegar ao Secretário Executivo do Conselho Diretor o exercício das atribuições constantes dos incisos II, V, VII e VIII deste artigo.

Art. 18 – Ao Secretário Executivo do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – coordenar e executar as atividades administrativas do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, para consecução de seus objetivos;

II – promover a execução das instruções e resoluções emanadas do Conselho Diretor;

III – secretariar as reuniões do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, fazendo lavrar as respectivas atas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



IV – instituir os processos referentes aos programas de trabalho, orçamentos de despesas, investimentos, aplicações, demonstrativos e prestações de contas, para a deliberação do Conselho;

V – providenciar as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões do Conselho;

VI – assinar correspondências relativas ao Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, quando autorizado pelo Presidente do Conselho Diretor;

VII – movimentar a conta bancária do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, por delegação, conforme as deliberações do Conselho e determinações do seu Presidente;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas e/ou designadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 19 – Aos membros do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – estudar e relatar os processos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;

II – votar a matéria em discussão, podendo pedir vistas dos processos, bem como apresentar voto em separado;

III – tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões dos processos e pedir adiamentos de discussões;

IV – requerer urgência, para discussão e votação de processos não incluídos em pauta, bem como preferência nas votações em determinado assunto;

V – apresentar indicações e levantar questões de ordem;

VI – desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos por deliberação do Conselho ou por seu Presidente.

Art. 20 – A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará o necessário suporte técnico-administrativo para o funcionamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 21 – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas contará com um profissional habilitado, formado em Ciências Contábeis ou em curso de Contabilidade, devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para responder pela execução orçamentária, financeira e contábil, conforme o artigo 2.º, parágrafo único, da presente Lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 22 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo titular do órgão que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, “ad referendum” do Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas.

Art. 23 – Ficam revogadas as disposições:

I – dos parágrafos 2.º e 3.º do art. 2.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

II – dos parágrafos do art. 4.º da Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003;

III – da Lei n.º 12.348, de 06 de novembro de 1998; e

IV – do Decreto Estadual n.º 3993, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, utilizando quaisquer formas previstas no Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo

DEPUTADO
DEP. DR. BATISTA

DEPUTADO
DEP. LUIZ

DEPUTADO
DEP. ACCORSI

DEPUTADO
DEP. LUIZ

DEPUTADO
DEP. MOTOR ELSEN
DEP. GILBERTO
RIBEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNARIO 01 AO PROJETO DE LEI
Nº 087/12

Projeto de Lei nº 087/12

Autor da emenda: Deputado Ademar Tralano

Súmula: Altera a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 087/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo visa alterar a Lei n.º 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Ello Rusch.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Fls. 67
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Deputado Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do
artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do
Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da
2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a
possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado,
classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como
sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu
conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas,
aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada
como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo
quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está
perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando
nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Ademair Tralano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



PARECER AO SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO AO PROJETO DE
LEI Nº 087/2012

O Projeto de Lei nº 087/2012 tem como objetivo instituir o Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas.

A proposição foi aprovada em primeira discussão, mas recebeu emenda Substitutiva Geral de Plenário na sua segunda discussão.

Considerando o impacto desta emenda, e com fulcro no que dispõe o art. 29, § 1º, inciso II, e o art. 30, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, requereu-se à Diretoria Legislativa o encaminhamento do projeto a esta Comissão, para elaboração de parecer.

Observa-se que a emenda apresentada aperfeiçoa o projeto, incluindo dispositivos que complementam e dão mais qualidade à proposição.

Todavia, com o intuito de melhorar a técnica legislativa empregada e corrigir alguns erros, esta Comissão apresenta novo Substitutivo Geral.

O projeto original e o substitutivo apresentado alteravam toda a Lei 14.264/2003. Para facilitar o entendimento da população, propõe-se criar nova norma e revogar as disposições contrárias. Ademais, outros pequenos erros foram corrigidos com o escopo de aperfeiçoar esse importante projeto de lei.

Pelo exposto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente às emendas apresentadas e apresenta nova emenda substitutiva geral em anexo.

29/05/12

Presidente
Dr. Batista

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 87/2012

Súmula: Institui o Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas, e adota outras providências.

Art. 1.º – Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD, a ser gerido pela Coordenadoria Estadual Antidrogas.

Parágrafo único. Equivalem-se para fins desta Lei as expressões Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Fundo, bem como a sigla FESD.

Art. 2.º O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD tem por finalidade a captação e administração de recursos financeiros destinados à ação pública de pesquisa sobre a temática em questão, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas.

Parágrafo único. A Coordenadoria Estadual Antidrogas, unidade de nível de execução programática da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, indicará servidor pertencente a seu quadro técnico-efetivo para gerenciar a execução das atividades orçamentárias e financeiras do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD.

Art. 3.º – Constituem recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas:

I – dotação específica consignada no orçamento do Estado do Paraná, consignada anualmente no Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

III – doações, auxílios, legados e contribuições de:

- a) organismos ou entidades nacionais e internacionais;
- b) pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, de acordo com a Lei Federal n.º 9.532 de 10 de dezembro de 1997, as quais poderão ser elegíveis para receber incentivos fiscais, mediante prévia avaliação da Coordenadoria Estadual Antidrogas, em consonância com o Conselho Estadual Antidrogas.

IV – créditos adicionais que lhe forem abertos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



V – transferência de recursos financeiros advindos de convênios com o Governo Federal;

VI – recursos que lhe forem destinados pelo Governo do Paraná;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e outros firmados entre o Estado e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais e estaduais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII – todo e qualquer bem de valor econômico e valores em espécie, apreendidos em decorrência do tráfico de drogas ou utilizados de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, ou ainda, que tenham sido adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, em todo o território do Estado do Paraná, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial, conforme disposto no art. 4.º da Lei Federal n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações;

IX – recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o inciso VII deste artigo;

X – recursos oriundos do leilão de bens perdidos em favor do Estado do Paraná e dos bens e valores objeto do crime de tráfico de drogas que tenham sido apreendidos no Estado do Paraná, conforme art. 2.º, inciso VI, da Lei Federal n.º 7.560 de 19 de dezembro de 1986;

XI – bens cuja autorização de uso com transferência de responsabilidade tenha sido declarada pelo juízo competente, ouvido o Ministério Público e após parecer de destinação da Coordenadoria Estadual Antidrogas com prévia deliberação do Conselho Estadual Antidrogas;

XII – recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados na fabricação e transformação de drogas no âmbito do território do Estado do Paraná;

XIII – recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos;

XIV – recursos provenientes de publicações e eventos promovidos pelo Conselho Estadual Antidrogas;

XV – quaisquer outras rendas eventuais, que por sua natureza, possam ser destinadas ao FESD.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



Art. 4.º – Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em banco oficial, em conta especial, sob a denominação "Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas", que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor do FESD, ou, por delegação deste, pelo Secretário Executivo do Conselho Diretor do FESD, em conjunto com, no mínimo, duas pessoas autorizadas pelo referido Conselho.

Art. 5.º – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I – da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação;
- II – do atendimento das diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor do FESD;
- III – do cumprimento das exigências previstas em regulamento próprio.

§ 1.º As despesas do exercício anterior, para o qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido efetuadas no momento oportuno e, ainda, os restos a pagar e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, podem ser pagos em conta de dotação específica, consignada no orçamento do exercício seguinte, discriminada por elementos, obedecida, tanto quanto possível, a ordem cronológica.

§ 2.º O funcionamento e a administração do FESD serão objeto de regulamentação pelo Conselho Diretor do FESD.

Art. 6.º O patrimônio, as receitas e eventual superávit do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos, sendo vedada a utilização de seu patrimônio para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou das Polícias Civil e Militar.

Art. 7.º – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas será fiscalizado pelo Ministério Público, ao qual serão encaminhados, por meio do Conselho Diretor, relatórios gerenciais sobre a aplicação de seus recursos e atividades, e que prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8.º – Os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD serão destinados, com exclusividade, para:

- I – a implantação da política estadual sobre drogas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



II – a realização de programas de prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização e repressão do tráfico de drogas;

III – o desenvolvimento de projetos de formação profissional para tratamento e reabilitação de dependentes, bem como para controle de uso e tráfico de drogas, em conjunto com os diversos seguimentos da sociedade e órgãos componentes;

IV – o reaparelhamento e custeio das atividades de pesquisa, prevenção, redução de danos, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas, fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas e produtos controlados;

V – o apoio a entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de prevenção, redução de dano, tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos;

VI – o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao público que abordem a temática relacionada às drogas;

VII – a organização de eventos de caráter científico voltados ao estudo e debate de matérias relativas à prevenção, redução do dano, tratamento, reabilitação de dependentes de álcool e outras drogas e fiscalização e repressão, no âmbito do Estado do Paraná;

VIII – os programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

IX – o subsídio à participação de membros do Conselho Diretor do FESD e do Conselho Estadual Antidrogas em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate às drogas;

X – custos de sua própria gestão; excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos.

XI – a Rede de Atenção Integral em Saúde Mental para usuários de álcool e outras drogas;

XII – capacitação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.

Parágrafo único. Os bens adquiridos com os recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas integrarão a carga patrimonial da Secretaria de Estado que detiver as atividades referentes à administração da Coordenadoria Estadual Antidrogas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



Art. 9.º – Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, órgão colegiado, deliberativo e de caráter consultivo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação dos recursos financeiros do referido Fundo proposto pelo Conselho Estadual Antidrogas e de realizar o seu respectivo acompanhamento.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, consideram-se sinônimos, nesta Lei, os termos Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Diretor e Conselho.

Art. 10 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas é composto pelos seguintes membros:

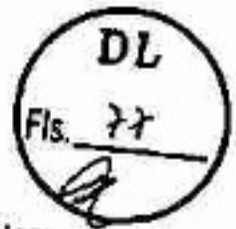
- I – o Chefe da Coordenadoria Estadual Antidrogas, na qualidade de Presidente;
- II – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como Secretário Executivo;
- III – 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- V – 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- VI – 01 (um) representante do Ministério Público do Paraná;
- VII – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná;
- VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;
- IX – 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- X – 01 (um) representante do Conselho Estadual Antidrogas;
- XI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.
- XII – 01 (um) representante da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1.º – Os membros referidos nos incisos II a X serão indicados pelos respectivos órgãos e instituições.

§ 2.º – O membro nato constante do inciso I será substituído por seu suplente legal em suas faltas e ou impedimentos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



§ 3.º – Os representantes apontados no inciso XI serão eleitos em assembleias próprias, convocadas para este fim específico, amplamente divulgadas, visando a participação de entidades e membros da comunidade que comprovadamente estejam envolvidos com ações de combate às drogas nas mais diversas frentes.

§ 4.º – Haverá 01 (um) suplente para cada membro do Conselho Diretor, a ser indicado pela entidade responsável.

Art. 11 – O Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas reunir-se-á mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 12 – O Conselho funcionará com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do Conselho além do voto comum o de qualidade.

Art. 13 – Os membros deste Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, após as indicações, para um mandato de 02 (dois) anos ou mandato a se encerrar com o término do mandato do Governador que os nomeou, podendo ser reconduzidos por mais 01 (um) mandato.

Art. 14 – Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro, nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – doença que exija o licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV – ausência injustificada a mais de 05 (cinco) sessões consecutivas;

V – contumácia na retenção de processos, além de prazos regimentais;

VI – procedimento incompatível com a dignidade das funções;

VII – condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 15 – Os membros do Conselho não serão remunerados sendo seus serviços prestados considerados de relevância ao Estado do Paraná.

Art. 16 – Ao Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas compete:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



I – a apreciação e aprovação dos Programas de Trabalho do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e o acompanhamento de sua execução;

II – a deliberação e aprovação dos orçamentos de despesas do Fundo e suas alterações significativas de acordo com os limites estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e demais normas disciplinadoras da matéria, de conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

III – a deliberação e aprovação da proposta orçamentária para gestões do Fundo, bem como as alterações orçamentárias, que serão encaminhadas para providências junto ao Grupo Financeiro Setorial da Secretaria que detiver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas ao combate às drogas, de acordo com as normas pertinentes à matéria orçamentária;

IV – a deliberação e aprovação de balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extraorçamentários, a serem apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

V – o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 17 – Ao Presidente do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II – representar o Conselho, especialmente na celebração de contratos, convênios e os demais atos jurídicos de interesse do Sistema Penitenciário e que tenham a intermediação do Fundo Estadual sobre Drogas;

III – baixar Resoluções com as deliberações do Conselho, zelando pela sua observância;

IV – zelar pela observância das disposições do Regulamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas;

V – aprovar a pauta de assuntos para as reuniões do Conselho;

VI – designar comissões e delas participar;

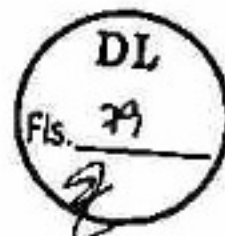
VII – autorizar a realização de despesas em conformidade com o programa aprovado, bem como as despesas urgentes, "ad referendum" do Conselho;

VIII – encaminhar as prestações de contas do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IX – desempenhar outras atividades correlatas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



Parágrafo único. O Presidente do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas poderá delegar ao Secretário Executivo do Conselho Diretor o exercício das atribuições constantes dos incisos II, V, VII e VIII deste artigo.

Art. 18 – Ao Secretário Executivo do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – coordenar e executar as atividades administrativas do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, para consecução de seus objetivos;

II – promover a execução das instruções e resoluções emanadas do Conselho Diretor;

III – secretariar as reuniões do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, fazendo lavrar as respectivas atas;

IV – instituir os processos referentes aos programas de trabalho, orçamentos de despesas, investimentos, aplicações, demonstrativos e prestações de contas, para a deliberação do Conselho;

V – providenciar as medidas complementares para a convocação e a realização das reuniões do Conselho;

VI – assinar correspondências relativas ao Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, quando autorizado pelo Presidente do Conselho Diretor;

VII – movimentar a conta bancária do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas, por delegação, conforme as deliberações do Conselho e determinações do seu Presidente;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas e/ou designadas pelo Presidente do Conselho Diretor.

Art. 19 – Aos membros do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas compete:

I – estudar e relatar os processos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;

II – votar a matéria em discussão, podendo pedir vistas dos processos, bem como apresentar voto em separado;

III – tomar parte das discussões e votações, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões dos processos e pedir adiamentos de discussões;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE SAÚDE



IV – requerer urgência, para discussão e votação de processos não incluídos em pauta, bem como preferência nas votações em determinado assunto;

V – apresentar indicações e levantar questões de ordem;

VI – desempenhar os encargos para os quais tenham sido incumbidos por deliberação do Conselho ou por seu Presidente.

Art. 20 – A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará o necessário suporte técnico-administrativo para o funcionamento do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

Art. 21 – O Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas contará com um profissional habilitado, formado em Ciências Contábeis ou em curso de Contabilidade, devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para responder pela execução orçamentária, financeira e contábil, conforme o artigo 2.º, parágrafo único, da presente Lei.

Art. 22 – Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo titular do órgão que deliver, em seu âmbito de ação, as atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário, "ad referendum" do Conselho Diretor do Fundo Estadual sobre Drogas.

Art. 23 – Ficam revogadas as disposições da Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, e do Decreto Estadual nº 3.993, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementação desta Lei, utilizando quaisquer formas previstas no Art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO DR. BATISTA
PRESIDENTE

RELATOR

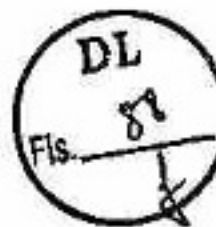
29/05/12

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 087/12

Projeto de Lei nº 087/12

Autor da emenda: Comissão de Saúde.

Súmula: Altera a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências.

EMENTA: SUBEMENDA DA COMISSÃO DE SAÚDE. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

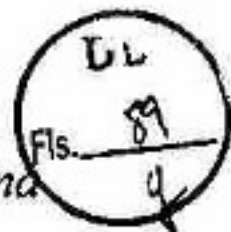
PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo alterar a Lei nº 14.264, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Fundo Estadual Antidrogas, e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Saúde. Por esta razão é que a referida emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias,

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

(...)

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Saúde.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pela Comissão de Saúde, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **SUBEMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**SUBEMENDA CORRETIVA A EMENDA DA COMISSÃO DE SAÚDE AO PROJETO
DE LEI Nº 087/12**

A presente Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 087/12 passa a denominar-se Subemenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 087/12, sem alterar-lhe, no entanto, o mérito.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA E JR. BATISTA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 465/11
LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: *Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná*

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, as empresas, fabricantes e os pontos de comercialização ficarão proibidos de dispor, vender e transportar cigarros que contenham sabores (aromatizantes), como os mentolados, de chocolate, morango entre outros.

Parágrafo único. Ficam também proibidos comerciais, cartazes, stands, e outros meios de divulgação que contenham cigarros com aditivos de sabor.

Art. 3º - As pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem cigarros que contenham os aditivos de sabor estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I) Apreensão de todo o estoque em desacordo com esta lei;
- II) Multa de 10 (dez) a 10.000(dez mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas ou físicas que forem reincidentes terão aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo em dobro e triplo, sucessivamente, e estarão sujeitas a interdição do estabelecimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

Art. 4º - A fiscalização e a aplicação das sanções ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde, e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA, nos termos e atribuições previstos no inciso XIX do art. 2º do Anexo ao Decreto Estadual 777/07.

Art. 5º - Os estabelecimentos que comercializam cigarros terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB

DR. BATISTA
DEPUTADO ESTADUAL - PMN



JUSTIFICATIVA

"Como o tabaco tem um gosto ruim, esses aromas facilitam a iniciação ao cigarro. O aditivo é um truque sujo para conquistar os jovens". Esta afirmação é do Sr. Agenor Álvares, diretor da ANVISA (agência de Vigilância Sanitária), e com esta frase resume a intenção deste legislador em proibir os cigarros com sabores.

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de cigarros entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores para o consumo juvenil é a adição de sabores aos cigarros.

Em 2007 23% da população brasileira era fumante, em 2010 este número caiu para 19%. Isto significa que aproximadamente 7,6 milhões de pessoas abandonaram o fumo (seja por morte, doenças ou por meios voluntários). Com esta queda os fabricantes investiram em novas apresentações, colorindo os cigarros e em especial adotando cigarros com sabores.

A estratégia parece que está dando certo, afinal dos fumantes brasileiros 36% tem entre 16 e 34 anos, sendo que 15% dos fumantes tem menos de 24 anos. Uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005 apontou que 44% dos adolescentes e jovens fumam cigarros aromatizados.

Estudos recentes confirmam que os cigarros mentolados além de facilitadores da iniciação ao tabagismo, são considerados mais viciantes e, portanto, seus consumidores têm mais dificuldade de largar o cigarro. O mentol age como um analgésico, diminuindo a irritação na garganta e nos pulmões, e também potencializa os efeitos da nicotina, razões que comprovam seu perigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

A ANVISA estuda medidas de proibir cigarros aromatizados, com esta lei o Paraná mais uma vez dará exemplo para o nosso país na promoção da saúde humana.



AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 465/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I – Preliminarmente



Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

Vedando-se à CCJ, e as demais comissões, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Ch
Recebido
em 17/10/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 93

8

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável cabe, ainda, **ao parlamentar se insurgir e requerer uma reapreciação desta vez no plenário da Assembléia.**

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei **não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.**

II - Dos Fatos e dos pareceres

/ O Deputado que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que **proíbe a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.**

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator o Sr. Élio Rusch.

Inicialmente o Projeto de lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Estadual Élio Rusch em seu parecer arguiu que o Projeto de Lei em tela é ilegal, pois contrapõe Lei Federal em vigor. Em síntese fundamenta a ilegalidade sobre a tese de que caberia a ANVISA a legislação sobre o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

O Deputado relator afirma:

"Quanto à análise da matéria ora proposta, ressalta-se que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA"

Ora, o deputado afirmou que é de competência da ANVISA regular a venda, consumo, etc., e não de legislar, pois a atividade legislativa é exclusiva do Poder Legislativo, e nenhuma outra instituição poderá invadir esta competência, a não ser de forma delegada e explícita, e mesmo assim nunca, sobre nenhuma hipótese, poderá suplantá-la, leia-se, ser superior a atividade do legislador.

Segue na argumentação, o nobre parlamentar relator, citando o artigo 7º, inciso XV e artigo 8º, §1º, inciso II, da lei federal nº9782/1999, os quais transcreve-se novamente:

"Art. 7º Compete a Agência (...) devendo:
(...)"

XV - proibir a fabricação, a importação o armazenamento a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde"

Como se não fossem suficientes os equívocos, data vênua, do nobre relator, segue a citação do artigo 8º extraído do mesmo parecer:

"Art. 8º Incumbe a Agência respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco;"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 05

Em síntese o Deputado Élio Rusch afirmou que o presente projeto é inconstitucional, pois feriria a Lei Federal nº9782/1999, pois caberia a ANVISA, ente do Poder Executivo regular, disciplinar e, portanto, legislar EXCLUSIVAMENTE sobre cigarros e semelhantes.

Inconformado com esta decisão o parlamentar que a este subscreve apresentou uma impugnação ao relator r. citado. O nobre Presidente da CCJ designou novo relator, o Deputado Cesar Silvestre Filho. O nobre parlamentar então apresentou novo parecer com os argumentos semelhantes ao do nobre Deputado Élio Rusch.

O parlamentar Cesar Silvestre Filho ao manter os argumentos declara que cabe a ANVISA legislar sobre cigarros. Transcreve-se os argumentos do nobre deputado:

"Cumpre salientar que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA.

...

Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV e 8º, §1º, II, da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências, senão vejamos:

"Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos Incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

An



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D/L.

Fls. 06

8

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

X - cigarros, cigarrilhas e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;"

Observe-se que o ilustre Deputado afirmou que não poderia o legislador estadual disciplinar o consumo, comércio e distribuição de cigarros e afins, uma vez que a ANVISA é a única competente para estes fins.

Ocorre que o próprio relator afirma que o controle, a fiscalização e a proibição dos cigarros pela ANVISA decorrem de lei, ou seja da atividade parlamentar. Tanto os artigos 7º e 8º da citada lei federal, trazem argumentos que submetem a ANVISA a legislação e não dão a esta autarquia poder de legislar.

Continua o nobre relator a afirmar que a atividade do legislador foi destituída em favor de um ente do Poder Executivo, afirmando, inclusive que resoluções do órgão impedem outras legislações sobre o assunto:

"A resolução nº 46 de 2001 da ANVISA é a responsável em maximizar os teores máximos dos componentes do cigarro, conforme artigo 1º, senão vejamos:

Art. 1º Estabelecer os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça para os cigarros comercializados no Brasil.



Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é ilegal por conter vício de iniciativa, tendo em vista que a competência para regulamentar o assunto abordado no presente projeto de lei é de competência da UNIÃO, através do Ministério da Saúde - ANVISA."

Infelizmente houve uma aberração constitucional ao se cogitar a desistência do Poder de Legislar deste Poder, dando a uma autarquia do Poder Executivo atribuição exclusiva para legislar sobre os cigarros.

Sem adentrar, ainda neste equívoco, a própria argumentação do Deputado César Silvestre Filho, tal como a do deputado Élio Rusch, **explicita que a ANVISA cumpre a LEGISLAÇÃO EM VIGOR, e não produz lei.**

Veja -se, regular significa disciplinar, fiscalizar, e não legislar, é o que afirma a lei, a regulação de que trata a Lei Federal nº 9782/1999, que cria a autarquia ANVISA, **não dá a este órgão competência legislativa, uma vez que seria absolutamente inconstitucional, aliás, repita-se a lei federal deixa claro que a ANVISA deverá cumprir a legislação. Como, aliás, todo e qualquer ente do Estado.**

Compete a Agência, então, **CUMPRIR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**, esta é a alegação trazida pelo próprio relator. Cumprir a Legislação significa que a ANVISA deverá se subordinar a legislação pátria e não produzir leis, insistentemente repete-se.

A resolução nº 46 de 2001, citada pelo nobre parlamentar, regula os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, onde nesta resolução está escrito que a ANVISA regulará os aditivos de sabores, aromas, e similares??? Ou melhor, em qual parte do presente Projeto de Lei pretendem os autores regularem ou modificar os teores máximos de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono?

Criou-se, assim uma argumentação em que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não poderá mais legislar

Ar



nenhuma matéria de saúde pública, uma vez que a ANVISA regulará os produtos nocivos à saúde.

III – DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além dos motivos já exalados, demonstrando que o próprio relator em seu parecer se equivoca ao alegar a ilegalidade do presente projeto, já que na fundamentação cita uma lei federal que demonstra justamente o contrário, **ou seja, cabe ao legislador disciplinar em lei quais produtos e serviços devem ser regulados e fiscalizados pela ANVISA. Ou seja, bastaria a citação da própria lei federal trazida pelo nobre relator para demonstrar a LEGALIDADE do projeto de lei em tela e não o contrário.**

Mas, no sentido de contribuir, de demonstrar e assegurar a esta Casa sua competência legislativa ao mesmo tempo em que ilumina-se a questão com nossa Carta Maior.

A República Federativa do Brasil rege-se pela Constituição como norma máxima e constitutiva do Estado/Nação Brasil. Todo o ordenamento deverá estar recepcionado e submetido aos dispositivos e princípios exarados desta Carta.

Ou seja, deve todo legislador, todo administrador público, todos os julgadores, e toda a população, enfim, estar subordinado à Constituição. E é dessa Constituição que extraímos o princípio da divisão dos três poderes.

Desta independência e do princípio da divisão dos três poderes que se extrai que a atividade legislativa é atribuição do Poder Legislativo. Sendo que o chefe do Poder Executivo, os Presidentes dos Tribunais e os Procuradores Gerais poderão propor leis de natureza específica de suas ações.



Afirmar que uma lei federal outorgou a uma autarquia o poder EXCLUSIVO de legislar sobre assuntos desta natureza, é por em risco o Estado Democrático de Direito e permitir trincar, para não dizer fraturar, um princípio básico e norteador do Estado Brasileiro.

A própria Constituição, aliás, que garante o Poder de Legislar dos Estados membros sobre saúde. Vejamos o que diz o artigo 23 de nossa Carta Maior:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

Na mesma esteira o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil afirma que :

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

§1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

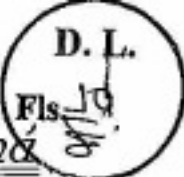
§2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

Ar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim explicitamente há a previsão constitucional sobre a capacidade legislativa do Estado na questão de defesa da saúde. Os dois dispositivos constitucionais asseguram que os Estados poderão, allás, deverão, produzir leis que disciplinem a defesa à saúde e que promovem a saúde e o bem estar de sua população.

O presente projeto, desta forma se coaduna com os dispositivos constitucionais de forma harmônica e assim plenamente válida. Passado pelo crivo constitucional passa-se a questionar se o presente Projeto de Lei se contrapõe a outra legislação em vigor.

Não há nenhuma lei que garanta a produção de tabaco com aromatizantes, e assim não há que se falar em ilicitude do presente Projeto de Lei, pois o mesmo vem suplementar a legislação em vigor e, portanto, está plenamente válido diante do ordenamento jurídico.

Se esse não fosse o caso, e se os deputados relatores estivessem com a razão os Tribunais teriam derrubado a lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados, já que, segundo os relatores, caberá EXCLUSIVAMENTE a ANVISA legislar sobre o consumo do tabaco. Mas a legislação estadual que proíbe os fumantes de fazerem uso do tabaco em locais fechados está válida, e plenamente em vigor mesmo após inúmeras tentativas da indústria de derrubar a lei. Os tribunais já deixaram claro que pode o Estado legislar sobre o tema uma vez que é de competência COMUM, e assim não cabe a indústria alegar inconstitucionalidade, ou seja, diante do assunto similar não há o que se falar em ilicitude do presente projeto de lei.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional Republicano e Federativo, ao argumentar que um ente da administração indireta tem competência natural e inequívoca do Poder Legislativo.

Mais do que assegurar que este Projeto de Lei siga seu trâmite nesta Casa a questão agora toma um fundo muito mais importante, que é resguardar e garantir o Poder de legislar da Assembléia Legislativa do Paraná. Infelizmente a questão é: a assembléia Legislativa entende que a lei federal que criou a autarquia dá a esta o poder de



legislar exclusivamente sobre determinado tema, ou se a Assembléia Legislativa entende que a atividade legislativa é natural e soberana do Poder Representativo do povo traduzido pelos seus deputados.

IV – Conclusão

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam à saúde, deve o Projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 16 de agosto de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465 /11

PROJETO DE LEI Nº 465 /11

**AUTORES: DEPUTADOS LUIZ EDUARDO CHEIDA E DR
BATISTA**

**SÚMULA: PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE CIGARROS COM
ADITIVOS QUE DÃO SABORES NO ESTADO DO PARANÁ.**

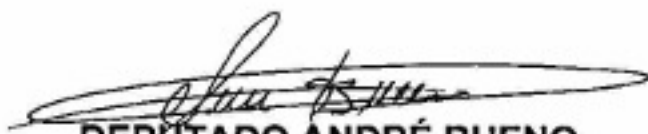
JUSTIFICATIVA

O mentol, e os outros aromatizantes age como indutor e analgésico, para consumidores iniciantes e jovens, tem mais dificuldade de largar o cigarro.

Sendo também considerados viciantes.

CONCLUSÃO

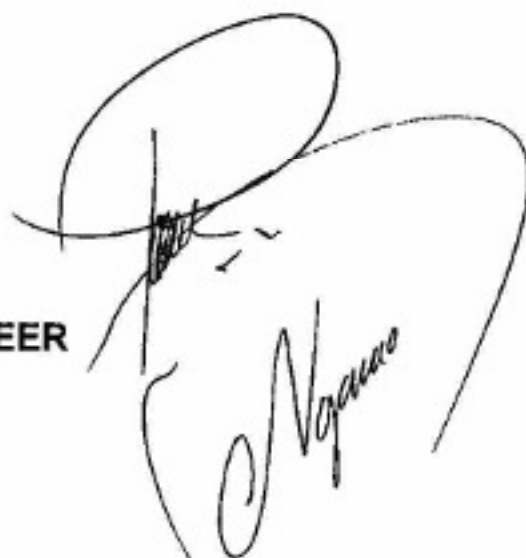
Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



PARECER

Projeto de Lei nº 465/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista

Súmula: Proíbe a comercialização de Cigarros com aditivos que dão sabores No Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, dos Deputados Estaduais Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista, tem como finalidade proibir a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná, sendo que tais aditivos facilitam a iniciação ao cigarro.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto recebeu parecer contrário na CCJ, em face disso, o autor apresentou recurso ao plenário e foi aprovado em discussão única na sessão de 22/11/11.

Em 23 de novembro recebeu parecer favorável da comissão de Indústria e comércio:

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de tabaco entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores é a adição de sabores aos cigarros.



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

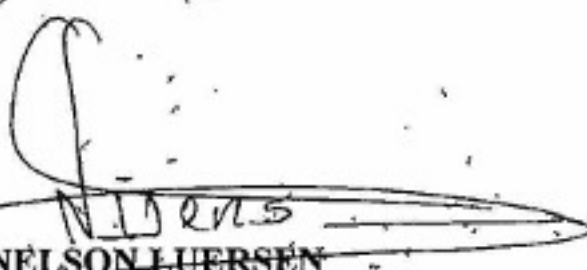
D. L.
33
Fls.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opiná-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de lei.

Sala de reuniões em 13 de 03 2012

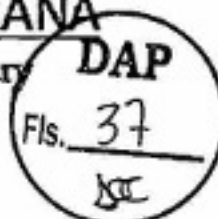

DEPUTADO PRESIDENTE


NELSON LUERSEN
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2011

Projeto de Lei nº 465/11

Autores: Deputado Luiz Eduardo Cheida e Deputado Doutor Batista

SÚMULA: Proíbe a comercialização de Cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O COMÉCIO DE CIGARROS COM ADITIVOS DE SABORES NO TERRITÓRIO PARANAENSE. APROVAÇÃO MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Luiz Eduardo Cheida e Doutor Batista tem por finalidade proibir a comercialização de cigarros com sabores no Estado do Paraná.

É sabido que esses aditivos são atrativos que facilitam a iniciação principalmente de adolescentes e jovens em idade escolar ao tabagismo.

Pesquisa recente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP- Fiocruz). Demonstra que o cigarro com sabor é o preferido entre os adolescentes brasileiros que começam a fumar. A coleta dos dados foi feita em 13 capitais e de acordo com os resultados, os jovens que escolhem esse tipo de produto fumam mais e com maior frequência que aqueles que escolhem cigarros sem aditivos.

FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente é necessário lembrar que o projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, que atribuiu ilegalidade à matéria, por ser esta de competência do Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Posteriormente os autores apresentaram recurso ao Soberano Plenário desta Casa que analisou, votou e aprovou a legalidade da proposta, qualificando a mesma a tramitar normalmente.

72



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DAP

Fls. 38

No mesmo sentido as Comissões de Indústria e Comércio e de Saúde também opinaram pela aprovação da matéria em seus pareceres técnicos.

Cumpre então salientar que é de competência da Comissão de Agricultura manifestar-se sobre todas as proposições relativas a assuntos que envolvam a agricultura propriamente dita, pecuária, caça pesca, flora, fauna, solo, defesa animal, vegetal, irrigação e insumos, conforme estabelece o Art. 33E do Regimento Interno desta Casa de Leis.

"Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

- Artigo acrescido pela Resolução no 03 de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição no 34 - 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, de 28 de abril de 2011."

CONCLUSÃO

Por ser a matéria de grande importância a sociedade paranaense, principalmente aos nossos jovens, opinamos FAVORÁVELMENTE por sua aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 09 de abril de 2012.

HERMAS JÚNIOR
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Agricultura

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV
Relator

ANTEPROJETO DE LEI N.º 164/2012

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013.

Art. 1.º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3.º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I – as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II – a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III – os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV – a estrutura e organização dos orçamentos;
- V – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII – as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII – as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX – disposições transitórias;
- X – demais disposições.

CAPÍTULO I **DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2.º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2013, serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas, a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;
Programa Desenvolvimento das Cidades;
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;
Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
Programa Educação para Todos;
Programa Energia;
Programa Excelência no Ensino Superior;
Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional – Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais;

Art. 3.º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

CAPÍTULO II

DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4.º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2013, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN n.º 01, de 30/06/2009.

Art. 5.º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2013, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 32.259.181.394,00 (trinta e dois bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais).

Art. 6.º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2012, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7.º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I – PODER LEGISLATIVO	5,00%
II – PODER JUDICIÁRIO	9,50%
III – MINISTÉRIO PÚBLICO	4,00%

Parágrafo único, Fica a cargo do Poder Legislativo definir do limite de 5,00% destinado ao Poder, o percentual correspondente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 8.º Serão incluídas na base de cálculo da Receita Líquida, para estabelecimento dos valores dos Outros Poderes e do Ministério Público, as transferências relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 9.º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2013 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

I – à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II – aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do Art. 7.º desta Lei;

III – ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV – ao pagamento do serviço da dívida;

V – ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei n.º 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual n.º 1.952, de 24 de outubro de 2003, e demais normas legais;

VI – à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;

VII – ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar n.º 141/2012, correspondendo para 2013 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;

VIII – aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX – aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X – às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI – ao pagamento de sentenças judiciais;

XII – à participação do Estado na implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;

XIII – à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 36 desta Lei.

§ 1.º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o Inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

1. vigilância epidemiológica e controle de doenças;
2. vigilância sanitária;
3. vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
4. assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
5. assistência farmacêutica;
6. educação para a saúde;
7. treinamento de recursos humanos para a área de saúde em especial para o SUS;
8. pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;
9. produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
10. saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas;
11. serviços de saúde de penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
12. atenção especial aos portadores de deficiência;
13. ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde, indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§ 2.º Os recursos a que se refere o Inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 11. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2013 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV **DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I – Unidade Orçamentária;
- II – Função;
- III – Subfunção;
- IV – Programa;
- V – Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI – Categoria Econômica da Despesa;
- VII – Grupo de Despesa;
- VIII – Modalidade de Aplicação; e
- IX – Grupo de Fontes.

§ 1.º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2.º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3.º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4.º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5.º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir.

DESPESAS CORRENTES

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais
Grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida
Grupo 3 – Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Grupo 4 – Investimentos
Grupo 5 – Inversões Financeiras
Grupo 6 – Amortização da Dívida

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Grupo 7 – Reserva de Contingência

§ 6.º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

20 – Transferências à União;
22 – Execução Orçamentária Delegada à União;
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
40 – Transferências a Municípios;
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
71 – Transferências a Consórcios Públicos;
72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
80 – Transferências ao Exterior;
90 – Aplicações Diretas;

91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (não utilizada pelo Estado do Paraná);

99 – A Definir (a ser utilizada pelo Poder Legislativo por ocasião da elaboração das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária)

§ 7.º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes, conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 – RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 – Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 – Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 – Receita Condicionada da LC n.º 87/96;

Fonte 104 – Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;

Fonte 105 – Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 – Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – FEPGE/PR;

Fonte 108 – Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;

Fonte 109 – Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;

Fonte 110 – Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;

Fonte 111 – Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 – Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;

Fonte 113 – Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;

Fonte 115 – Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;

Fonte 123 – Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 – Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;

Fonte 125 – Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;

Fonte 126 – Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 – Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;

Fonte 128 – Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;

Fonte 131 – Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei n.º 11.091/95;

Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 – Taxa Ambiental;

Fonte 141 – Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 147 – Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 – CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais;
Fonte 133 – Transferências e Convênios com o Exterior;
Fonte 148 – Outros Convênios.

GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 116 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
Fonte 117 – Transferências da União – SUS;

Fonte 145 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 – Operações de Crédito Internas;
Fonte 142 – Operação de Crédito Externa/BIRD;
Fonte 143 – Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 – Diretamente Arrecadados;
Fonte 251 – Operação de Crédito Interna;
Fonte 252 – Operação de Crédito Externa;
Fonte 254 – Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
Fonte 256 – Reposição Florestal – SERFLOR;
Fonte 257 – Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
Fonte 258 – Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
Fonte 270 – Aumento de Capital Social;
Fonte 281 – Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
Fonte 283 – Transferências e Convênios com o Exterior;
Fonte 284 – Outros Convênios / Outras Transferências.

Art.13. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 14. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa.

Art. 17. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 7.º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I – exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II – texto da Lei;

III – anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV – anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V – anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6.º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI – anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6.º, Inciso III da Constituição Estadual;

VII – anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7.º da Constituição do Estado do Paraná; e

VIII – anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:

1. Poder Legislativo;
2. Poder Judiciário;
3. Ministério Público;
4. Precatórios;
5. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
6. Ações e Serviços Públicos de Saúde;
7. Ciência e Tecnologia.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 19. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando ao cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 20. Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos, de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 21. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1.º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2.º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tomar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2012, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 23. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 24. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 25. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III – incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3.º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2.º da Constituição Estadual;

IV – classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V – incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI – fixadas despesas com valores simbólicos;

VII – incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 26. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos do Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 27. As unidades da administração indireta deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 28. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos do Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 29. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 31. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 32. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1.º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2.º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2012, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1.º de julho de 2012, para serem incluídos no orçamento de 2013, especificando:

I – Número da ação originária;

II – Número do precatório;

III – Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV – Enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V – Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI – Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1.º de julho de 2012, conforme Art. 98, § 5.º da Constituição do Estado do Paraná);

VII – Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 33. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1.º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2.º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001 e na Portaria n.º 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e Decreto Estadual n.º 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 34. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 35. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2.º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional n.º 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 36. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 37. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 7% do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1.º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

§ 1.º Excetuam-se dos limites percentuais fixados, a abertura de créditos adicionais referentes ao ensino público e às ações e serviços públicos de saúde.

§ 2.º O Poder Executivo poderá alocar recursos orçamentários decorrentes da contenção de despesa por retração da receita centralizada do Estado, na reserva de contingência, bem como, realocá-los sem que estas alterações orçamentárias incidam nos limites percentuais autorizados pelo Legislativo.

CAPÍTULO VI DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2013 a 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pela Lei Orçamentária de 2012, conforme artigos 5.º e 6.º, da lei n.º 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 40. Fica também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o período de 2012 a 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

Art. 41. Os ajustes nas Iniciativas dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas (regionalizadas) e financeiras serão incluídas na Proposta Orçamentária de 2013, de acordo com o art. 5.º da Lei Estadual n.º 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 42. As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público-Privadas, consoante o disposto no inciso V, do art. 12 da Lei 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 43. Fica incluído no PPA 2012-2015 na contextualização do Programa Gestão Estratégica, o item: n) implantação de projetos e obras destinadas a abrigar órgãos públicos.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2012, em especial:

I – as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – a concessão e redução de isenções fiscais;

III – a revisão de alíquotas dos tributos de competência;

IV – aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1.º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2.º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA
CORRENTE LÍQUIDA

Art. 45. No exercício financeiro de 2013 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1.º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2.º A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

1. 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
2. 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
3. 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
4. 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3.º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o Art. 169, § 1.º da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 48. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 47. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2.º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 48. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2013, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 49. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2013.

Art. 50. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I – impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II – ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III – fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;

IV – prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V – promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;

VI – fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

VII – fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos;

VIII – prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014.

IX – à participação do Estado na Implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 51. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 52. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1.º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2.º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 à 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3.º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 53. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2012, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;

III – serviços da dívida;

IV – PASEP;

V – demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 54. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no Art. 6.º desta Lei.

Art. 55. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4.º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 56. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 57. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de abril de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

ANEXO I – METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2011 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto n.º 488, de 07 de fevereiro de 2011. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2011 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 1,88% em relação aos valores previstos na LDO/2011.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 3,65%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em 80,66% (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Metas Fiscais relativas a 2011 – Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	23.050.849	24.697.889	7,15%
II Despesas não Financeiras	22.280.774	23.306.685	4,60%
III Resultado Primário (I – II)	770.075	1.391.204	80,66%

Fonte: SEFA/SEPL

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2009 a 2011 e reprogramadas para 2012.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2009-12 – Preços Correntes – em R\$ 1.000				
Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	777.133	1.225.519	770.075	389.023
II. Resultado Primário Obtido	867.072	954.983	1.391.204	3.751.744
III. Resultado Obtido – Indicado (II – I)	89.939	-270.536	621.129	3.362.721
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-721.969	159.482	-402.153	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.456.774	-351.489	-575.955	670.682
VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV)	-734.805	-192.007	-978.108	1.342.053
Fonte: SEFA/SEPL				
(1) : Reprogramado.				
(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.				
Tabela 3 – Metas Fiscais 2009-12 – Preços Constantes de 2012 – em R\$ 1.000				
Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	858.454	1.278.339	504.306	389.023
II. Resultado Primário Obtido	957.804	935.572	911.070	3.751.744
III. Resultado Obtido – Indicado (II – I)	99.350	-342.767	406.764	3.362.721



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-797.518	163.356	-263.361	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.594.054	2.517.882	-377.181	670.682
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-796.536	2.354.526	-640.542	1.342.053
Fonte: SEFA/SEPL (1) : Reprogramado				
(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.				

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2009 a 2015.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2009 a 2015							
Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB do Brasil (variação %)	-0,3	7,50	2,70	3,30	4,20	4,50	4,50
PIB do Paraná (variação %)	-1,30	8,30	4,00	3,50	5,00	5,00	5,00
Inflação, IPCA (variação %)	4,31	5,91	6,50	5,27	6,20	4,95	4,60
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,74	1,67	1,88	1,75	1,75	1,80	1,83

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2012 a 2015, na média de 1,03% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;
- a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2012 a 2015, a preços correntes e constantes de 2012.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15 Resultado Primário					Preços Correntes			
DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	30.934.379	10,22	36.055.989	10,81	38.608.835	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	29.797.757	9,84	31.197.006	9,35	30.889.268	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.136.622	0,38	4.858.983	1,46	7.919.567	2,16
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	15.026.481	4,96	15.568.774	4,67	15.471.226	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.682	0,24	700.243	0,23	542.293	0,16	-97.548	-0,03
Fonte: SEPL/SEFA								

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2012-15 Resultado Primário					Preços Constantes de 2012			
DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%

		PIB		PIB		PIB		PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	27.933.222	10,22	31.022.344	10,81	31.757.931	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	26.906.872	9,84	26.841.705	9,35	25.243.644	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.026.350	0,38	4.180.638	1,46	6.514.288	2,16
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	13.568.659	4,96	13.395.274	4,67	12.725.951	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.682	0,24	632.307	0,23	466.586	0,16	-80.239	-0,03
Fonte: SEPL/SEFA								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2009 a 2011. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009 (R\$ 1.000)	2010 (R\$ 1.000)	2011 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.127.163	3.346.178	2.385.484
ATIVO PERMANENTE	15.689.933	17.945.919	16.778.830
SOMA DO ATIVO REAL	18.817.096	21.292.097	19.164.314
PASSIVO FINANCEIRO	1.837.740	2.177.947	2.173.222
PASSIVO PERMANENTE	20.228.812	18.474.712	18.994.826
SOMA DO PASSIVO REAL	22.066.553	20.652.659	21.168.049
SALDO PATRIMONIAL	-3.249.457	639.438	-2.003.735



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2009 para 2010, uma variação positiva da ordem de R\$ 3.907,3 milhões, que superou o saldo patrimonial anterior, provocando Patrimônio Líquido positivo. De 2010 para 2011, houve uma variação positiva de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2009 a 2011, essa oscilação determinou variação total positiva da Importância de R\$ 5.525,0 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio da Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR no 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE – Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o anteprojeto que resultou na Lei-PR no 12.398/98, pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO, que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR no 12.398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos ou pensionistas, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido (Tabela 8), tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR n.º 12.398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.

Para a avaliação do exercício de 2011, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio "Puro" * 1 Vigente (em % da folha de remuneração)			
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,52%			
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,57%			
(3) Pensão por Morte	4,14%			
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23 %			
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70 %			
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93 %			

*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo, a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural, destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição, o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural, destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nos 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, a reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado. Incorporando às remunerações, proventos e pensões, ganhos e recomposições salariais significativas, bem acima das previsões atuariais.

É importante destacar, também, que em vista dos Convênios firmados, o Fundo de Previdência vem assumindo o encargo com o pagamento dos beneficiários de todos os Poderes do Estado, precisamente, dos segurados classificados para o Fundo de Previdência. O Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

O cumprimento, pelo Estado, quanto à execução do Plano de Custeio vigente, demonstra um Ativo Líquido vinculado ao Fundo de Previdência na ordem de R\$ 12,3 bilhões, conforme explicitado no Balanço do exercício de 2011 da PARANAPREVIDÊNCIA. E mesmo com a indicação desse ativo, o Parecer Atuarial que trata da situação financeira/atuarial do Fundo de Previdência, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDÊNCIA, indica a existência de déficit.

A Tabela a seguir – Tabela 10 – demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

Tabela – 10 Reservas Matemáticas Estimadas			
Quadro Comparativo nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011			
Reservas Matemáticas	2009	2010	2011
(1) Benefícios Concedidos	4.045.728.486,51	5.680.679.803,14	7.972.724.054,21
(2) Benefícios a Conceder	10.977.737.837,37	14.406.469.337,90	19.563.886.176,54
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	15.023.464.323,88	20.087.149.141,04	27.536.610.230,75

(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(5.442.829.292,00)	(6.354.800.956,00)	(7.945.371.211,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	9.580.635.031,88	13.732.348.185,04	19.591.239.019,75
(6) = (7) – (5) Resultado Técnico	(1.017.846.676,15)	(3.442.130.614,04)	(7.320.089.975,69)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	8.562.788.355,73	10.290.217.571,00	12.271.149.044,06

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2013.

Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2013 Em R\$ 1000	
Discriminação	2013
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	2.554.841
2. Transferências Constitucionais e Legais	478.990
3. Saldo (1-2)	2.075.851
4. Despesas Comprometidas	2.074.695
Pessoal	315.338
PASEP	15.689

Precatórios	37.986
Participação na Implantação do Metrô de Curitiba	100.000
Contrapartida de Programas Financiados	67.018
Ações relativas à COPA FIFA 2014	63.000
Vinculação aos Outros Poderes	221.052
Vinculação para a Saúde	798.121
Vinculação para o Ensino Público	435.219
Vinculação para a Ciência e Tecnologia	21.272
5. Margem de Expansão	1.156

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2013 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

Além do fator acima, temos que considerar a crescente desoneração do IPI, sobre bens duráveis, como por exemplo, a linha branca e recentemente os móveis, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que diminuirá significativamente as transferências constitucionais para os Estados.

Continua em discussão no Congresso Nacional o estabelecimento do piso salarial para os Policiais Militares, que também podem impactar fortemente nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, trazendo como consequência, além do aumento de folha de pagamentos do Governo Estadual, a real e indesejada possibilidade do descumprimento dos percentuais estabelecidos pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, dos gastos de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Devemos considerar também, a recente aprovação da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, que se tiver aplicação imediata acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar nos recursos destinados aos dispêndios com ações em saúde aproximadamente R\$ 470 milhões.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a retração da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência na arrecadação dos impostos estaduais, a



GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

exemplo do que acontece quando há quebra de safra agrícola, pois ambos os fatores diminuem o ingresso de recursos na economia paranaense.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2012. A Tabela 11 demonstra, margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de abril de 2012
OF CEE/G 090/12

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 16 ABR. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 13/04/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 18/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta.

Atenciosamente,

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC

Anexo

14138 16/04/2012 09:14:51 OF 00384118 UES/ES/PR 00 13036

MENSAGEM N.º 18/12

Curitiba, 13 de abril de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa texto do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 32.259.181.000,00 (trinta e dois bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta e um mil reais). É importante destacar que deste valor de receita, R\$ 29.917.350.000,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R\$ 5.898.059.000,00 se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R\$ 24.019.291.000,00.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de onze capítulos, compreendendo:

- I – as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II – a projeção e apresentação da receita para o exercício;
- III – os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV – a estrutura e organização dos orçamentos;
- V – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI – os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII – as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX – as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X – disposições transitórias;
- XI – demais disposições.

O Anteprojeto da LDO apresenta o ANEXO DE METAS FISCAIS, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2011 e o demonstrativo das metas anuais de 2012.

O Anteprojeto da LDO apresenta ainda o ANEXO DE RISCOS FISCAIS, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas da economia e por aumento de vinculações. É importante destacar o crescente aumento de vinculações que o Estado vem suportando nos últimos anos. O quadro a seguir demonstra o aumento destas vinculações das principais receitas estaduais, comparando os exercícios de 1999 e 2012.

ESPECIF. DA RECEITA	% VINCULADO EM 1.999	% VINCULADO EM 2.012
ICMS	65,84 %	83,30 %
IPVA	71,00 %	88,87 %
IRRF	42,00 %	64,67 %
ITCMD	42,00 %	77,74 %
FPE	40,00 %	75,92 %
IPI	55,00 %	70,90 %
L.C.87/96	40,00 %	61,20 %

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reverter a Vossa Excelência as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Inph/Protocolo n.º 11.472.099-2



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/12

Trata-se do Projeto de Lei nº 164/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 18/12 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2013.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O., para o exercício de 2013, foram apresentadas um total de 48 (quarenta e oito) emendas, das quais foram acolhidas 32 (trinta e duas) e não acatadas 16 (dezesseis) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta, já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial Nº163/01 bem como da Lei Nº 4.320/64, que versa sobre matéria orçamentária.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fis. 40
7

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei Complementar nº 101/2000 - "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e sequência à política das contas públicas no Paraná.

Ao dar cumprimento às prescrições do referido diploma legal, a propositura reafirma nosso compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzindo na intransigente defesa do equilíbrio das contas públicas, reconhecimento fundamental para impulsionar o desenvolvimento do Paraná e do País, cuja superior finalidade é a de concretizar o interesse público, e em consequência, melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a comunidade.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2012

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
Relator



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 164/12

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2013.

Projeto de Lei nº 164/12

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- dos ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X- disposições transitórias;
- XI- demais disposições.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2013, serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas, a seguir discriminados:

Programa Acesso à Justiça;
Programa Desenvolvimento das Cidades;
Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
Programa Educação para Todos;
Programa Energia;
Programa Excelência no Ensino Superior;
Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais;

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

CAPÍTULO II

DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2013, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



2013, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 32.259.181.394,00 (trinta e dois bilhões, duzentos e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2012, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I -	PODER LEGISLATIVO	5,00%
II -	PODER JUDICIÁRIO	9,50%
III -	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	4,00%

Parágrafo único. Do percentual de 5,0% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 8º Serão incluídas na base de cálculo da Receita Líquida, para estabelecimento dos valores dos Outros Poderes e do Ministério Público, as transferências relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 9º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2013 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

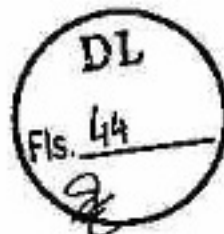
Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2013 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do Art. 7º desta Lei;

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



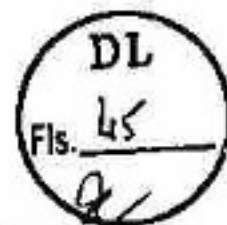
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141/2012, correspondendo para 2013 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à participação do Estado na implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;
- XIII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 37 desta Lei.
- XIV - o Estado poderá dar incentivo na ampliação e implementação do Instituto Federal do Paraná.

§1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do caput deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
- d) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- e) assistência farmacêutica;
- f) educação para a saúde;
- g) treinamento de recursos humanos para a área de saúde em especial para o SUS;
- h) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- i) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
- j) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas, prioritariamente em cidades com baixo IDH.
- k) serviços de saúde de penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- l) atenção especial às pessoas com deficiência e aos idosos;
- m) atenção especial a saúde bucal;
- n) assistência à saúde de usuário de drogas;
- o) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde, indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 11. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2013 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

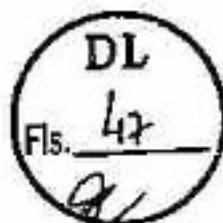
- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União;
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 40 - Transferências a Municípios;
- 41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo;
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (não utilizada pelo Estado do Paraná);
- 99 – A Definir (a ser utilizada pelo Poder Legislativo por ocasião da elaboração das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária)

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e / ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- Fonte 117 - Transferências da União - SUS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

GRUPO 15 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infrção ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 13. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 14. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do projeto da LDO/2013 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

Art. 17. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, Incisos I e II da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, Inciso III da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná;
- e
- VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Defensoria Pública;
 - e) Precatórios;
 - f) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - g) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
 - h) Ciência e Tecnologia.
- IX - anexo VII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;
- X - anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;
- XI - anexo IX - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem às emendas à despesa; e
- XII - anexo X - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 19. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several initials on the left.]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 20. Os repasses de recursos aos Outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 21. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2012, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 23. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 24. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 25. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas à título de investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

- V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 26. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 27. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 28. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 29. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 30. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta investimento.

Art. 31. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 32. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais, correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2012, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2012, para serem incluídos no orçamento de 2013, especificando:

- I- Número da ação originária;
- II- Número do precatório;
- III- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2012, conforme Art. 98, § 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 33. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências Intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 34. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 35. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 37. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5% do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 39. Na lei orçamentária anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2013:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2013, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

CAPÍTULO VI
DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2013 a 2015, para as Iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pela Lei Orçamentária de 2012, conforme artigos 5º e 6º, da lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 41. Fica também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o período de 2012 a 2105, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.



Art. 42. Os ajustes nas Iniciativas dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas (regionalizadas) e financeiras serão incluídas na Proposta Orçamentária de 2013, de acordo com o art.5º da Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 43. As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V, do art.12 da Lei 17.048, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 44. Fica incluído no PPA 2012-2015 na contextualização do Programa Gestão Estratégica, o item: n) implantação de projetos e obras destinadas a abrigar órgãos públicos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2012, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 46. No exercício financeiro de 2013 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 80% da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o Art. 169, § 1º da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 47. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 48. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 49. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2013, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 50. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporados à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporados as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2013.

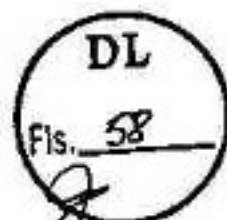
Art. 51. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos;
- VIII - prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014;
- IX - à participação do Estado na implantação do Sistema de Metrô em Curitiba;
- X - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- XI - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 52. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 53. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 à 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 54. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2012, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- pessoal e encargos sociais;
- II- transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- serviços da dívida;
- IV- PASEP;
- V- demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 55. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no Art. 6º desta Lei.

Art. 56. O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Comunicação Social publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado, contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 57. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses por Universidades e Faculdades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 58. As Universidades Estaduais por Campus publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e de outras fontes, o número de alunos presenciais e a distância atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Art. 59. O Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do Ensino Superior em parceria com as Universidades Estaduais.

Art. 60. Observando o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, caso seja necessário proceder à limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 61. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 62. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 63. O Poder Executivo deverá estabelecer parâmetros de preços relativos à contratação de serviços terceirizados de caráter continuado, visando aprimorar o controle,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



o acompanhamento e a permanente avaliação das despesas de custeio realizadas por todos os órgãos dos Poderes do Estado.

Art. 64. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação da agroindústria familiar.

Art. 65. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos.

Art. 66. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 67. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 68. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2012.


DEP. NEREU MOURA
Presidente


DEP. ELIO RUSCH
Relator



ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2011 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 488, de 07 de fevereiro de 2011. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2011 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 1,88% em relação aos valores previstos na LDO/2011.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 3,65%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em 80,66% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2011 - Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Varição %
I Receitas não Financeiras	23.050.849	24.697.889	7,15%
II Despesas não Financeiras	22.280.774	23.306.685	4,60%
III Resultado Primário (I - II)	770.075	1.391.204	80,66%

Fonte: SEFA/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2009 a 2011 e reprogramadas para 2012.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2009-12 - Preços Correntes - em R\$ 1.000				
Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	777.133	1.225.519	770.075	389.023
II. Resultado Primário Obtido	867.072	954.903	1.391.204	3.751.744
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	89.939	-270.536	621.129	3.362.721
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-721.969	159.462	-402.153	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.456.774	-351.489	-575.955	670.682
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-734.805	-192.007	-978.108	1.342.053

Fonte: SEFA/SEPL.

(1) : Reprogramado.

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Metas Fiscais 2009-12 - Preços Constantes de 2012 - em R\$ 1.000

Discriminação	2009	2010	2011	(1) 2012
I. Resultado Primário Indicado na LDO	858.454	1.278.339	504.306	389.023
II. Resultado Primário Obtido	957.804	935.572	911.070	3.751.744
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	99.350	-342.767	406.764	3.362.721
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	-797.518	163.356	-263.361	671.371
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.594.054	2.517.882	-377.181	670.682
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-796.536	2.354.526	-640.542	1.342.053

Fonte: SEFA/SEPL.

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2009 a 2015.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2009 a 2015

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB do Brasil (variação %)	-0,30	7,50	2,70	3,30	4,20	4,50	4,50
PIB do Paraná (variação %)	-1,30	8,30	4,00	3,50	5,00	5,00	5,00
Inflação, IPCA (variação %)	4,31	5,91	6,50	5,27	6,20	4,95	4,60
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,74	1,67	1,88	1,75	1,75	1,80	1,83

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2012 a 2015, na média de 1,03% do PIB do Paraná, supõe:

- a) o crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2012 a 2015, a preços correntes e constantes de 2012.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15
Resultado Primário

Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	30.834.379	10,22	38.055.989	10,81	38.608.835	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	28.797.757	9,84	31.197.008	9,35	30.689.268	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.136.622	0,38	4.858.983	1,46	7.919.567	2,18
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	18.026.481	4,96	15.568.774	4,07	15.471.226	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.662	0,24	700.243	0,23	542.293	0,16	-97.648	-0,03

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2012-15
Resultado Primário

Preços Constantes de 2012

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014		2015	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	28.495.145	10,40	27.833.222	10,22	31.022.344	10,81	31.757.931	10,54
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	28.106.122	10,25	26.908.872	9,84	26.841.705	9,35	25.243.844	8,37
III. RESULTADO PRIMÁRIO	389.023	0,14	1.024.350	0,38	4.180.638	1,46	6.514.288	2,18
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.326.238	5,23	13.568.859	4,96	13.395.274	4,07	12.725.951	4,22
V. RESULTADO NOMINAL	670.662	0,24	632.307	0,23	466.585	0,16	-80.239	-0,03

Fonte: SEPL/SEFA



3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2009 a 2011. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009 (R\$ 1.000)	2010 (R\$ 1.000)	2011 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	3.127.163	3.346.178	2.385.484
ATIVO PERMANENTE	15.689.933	17.945.919	16.778.830
SOMA DO ATIVO REAL	18.817.096	21.292.097	19.164.314
PASSIVO FINANCEIRO	1.837.740	2.177.947	2.173.222
PASSIVO PERMANENTE	20.226.812	18.474.712	18.991.826
SOMA DO PASSIVO REAL	22.064.553	20.652.659	21.165.049
SALDO PATRIMONIAL	-3.249.457	639.438	-2.003.735

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2009 para 2010, uma variação positiva da ordem de R\$ 3.907,3 milhões, que superou o saldo patrimonial anterior, provocando Patrimônio Líquido positivo. De 2010 para 2011, houve uma variação positiva de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2009 a 2011, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 5.525,0 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o anteprojeto que resultou na Lei-PR nº 12.398/98, pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO, que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Pare o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12.398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos ou pensionistas, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido (Tabela 8), tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12.398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total. Para a avaliação do exercício de 2011, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio "Puro" * 1 Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,52%
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,57%
(3) Pensão por Morte	4,14%
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23 %
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70 %
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93 %

*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,985% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e da 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

[Handwritten signatures and initials]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Ao longo do tempo, a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural, destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição, o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,98%. Do ponto de vista conjuntural, destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, a reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado, incorporando às remunerações, proventos e pensões, ganhos e recomposições salariais significativas, bem acima das previsões atuariais.

É importante destacar, também, que em vista dos Convênios firmados, o Fundo de Previdência vem assumindo o oneração com o pagamento dos beneficiários de todos os Poderes do Estado, precisamente, dos segurados classificados para o Fundo de Previdência. O Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

O cumprimento, pelo Estado, quanto à execução do Plano de Custeio vigente, demonstra um Ativo Líquido vinculado ao Fundo de Previdência na ordem de R\$ 12,3 bilhões, conforme explicitado no Balanço do exercício de 2011 da PARANAPREVIDÊNCIA. É mesmo com a indicação desse ativo, o Parecer Atuarial que trata da situação financeira/atuarial do Fundo de Previdência, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDÊNCIA, indica a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 – demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

Tabela – 10 Reservas Matemáticas Estimadas
Quadro Comparativo nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Reservas Matemáticas	2009	2010	2011
(1) Benefícios Concedidos	4.045.726.486,51	5.680.679.803,14	7.972.724.054,21
(2) Benefícios a Conceder	10.977.737.837,37	14.406.469.337,90	19.563.886.176,54
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	15.023.464.323,88	20.087.149.141,04	27.536.610.230,75
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(5.442.829.292,00)	(6.354.800.956,00)	(7.945.371.211,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	9.580.635.031,88	13.732.348.185,04	19.591.239.019,75
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(1.017.846.676,15)	(3.442.130.614,04)	(7.320.089.975,69)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	8.562.788.355,73	10.290.217.571,00	12.271.149.044,06

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2013.

Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2013		Em R\$ 1000
Discriminação		2013
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		2.554.841
2. Transferências Constitucionais e Legais		478.990
3. Saldo (1-2)		2.075.851
4. Despesas Comprometidas		2.074.695
Pessoal		315.338
PASEP		15.689
Pecatórios		37.966
Participação na Implantação do Metrô de Curitiba		100.000
Contrapartida de Programas Financiados		67.018
Ações relativas à COPA FIFA 2014		63.000
Vinculação aos Outros Poderes		221.052
Vinculação para a Saúde		798.121
Vinculação para o Ensino Público		435.219
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		21.272
5. Margem de Expansão		1.156



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2013 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

Além do fator acima, temos que considerar a crescente desoneração do IPI, sobre bens duráveis, como por exemplo, a linha branca e recentemente os móveis, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que diminuirá significativamente as transferências constitucionais para os Estados.

Continua em discussão no Congresso Nacional o estabelecimento do piso salarial para os Policiais Militares, que também podem impactar fortemente nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, trazendo como consequência, além do aumento de folha de pagamentos do Governo Estadual, a real e indesejada possibilidade do descumprimento dos percentuais estabelecidos pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, dos gastos de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Devemos considerar também, a recente aprovação da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que se tiver aplicação imediata acarretará com que o Estado do Paraná deva crescer nos recursos destinados aos dispêndios com ações em saúde aproximadamente R\$ 470 milhões.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a retração da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência na arrecadação dos impostos estaduais, a exemplo do que acontece quando há quebra de safra agrícola, pois ambos os fatores diminuem o ingresso de recursos na economia paranaense.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2012. A Tabela 11 demonstra, margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.

[Handwritten signatures and initials]

PROJETO DE LEI

Nº 257/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder subvenção para execução de ações dos Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, para execução de ações dos Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

Art. 2º - Os recursos previstos no *caput* deste artigo destinam-se a programas habitacionais que envolvam a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação, melhorias e reformas de imóveis urbanos e rurais, equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanização destinados a famílias com renda mensal de até 06 (seis) salários mínimos nacional, bem como o desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação de Interesse Social.

§ 1º - A subvenção poderá ser aplicada nos empreendimentos em produção, mediante compensação de eventual benefício já obtido.

§ 2º - Os recursos previstos serão repassados para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, depositado em conta vinculada devidamente remunerada, em instituição financeira oficial, mediante convênio ou instrumento congêneres.

§ 3º - A instituição financeira deverá disponibilizar relatórios com informações dos saques efetuados sempre que solicitados.

Art. 3º - Para utilização dos recursos, a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR formalizará convênios ou instrumentos congêneres.

Art. 4º - No caso de comprovação de irregularidades e descumprimento das condições estabelecidas no Convênio ou instrumento congêneres, o Estado suspenderá a liberação das parcelas previstas, bem como determinará à instituição financeira oficial a suspensão do saque dos valores da conta vinculada até a regularização da pendência.

§ 1º - O Estado notificará a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR quando a utilização da subvenção for considerada irregular, para que apresente justificativa no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Caso não aceitas as razões apresentadas pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, o Estado concederá prazo de 30 (trinta) dias para a devolução da subvenção, findo o qual comunicará o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - A utilização dos recursos em desconformidade com o Convênio ou instrumento congênere ensejará obrigação da devolução, devidamente atualizada, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Estadual, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos.

Parágrafo único - Para fins de efetivação da devolução dos recursos ao Estado, a parcela de atualização referente à variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e a data de efetivo crédito.

Art. 6º - A fiscalização quanto à regularidade da aplicação da subvenção com base nesta Lei é de competência do Tribunal de Contas do Estado, perante as quais forem apresentados os convênios ou instrumentos congêneres.

Art. 7º - Esta Lei será regulamentada mediante Decreto Estadual.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Handwritten initials



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 029 /2012

Curitiba, 05 de junho de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 JUN 2012

[Signature]
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 05/06/2012

[Signature]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder subvenção até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, para execução de ações desenvolvidas no âmbito de Programas Habitacionais de Interesse Social pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

A COHAPAR executa a política habitacional no Estado do Paraná, utilizando-se dos programas habitacionais existentes, incluídos ou não no Programa Morar Bem Paraná, com recursos oriundos de diversas fontes/fundos, tais como Imóvel na Planta/Associativo, Operações Coletivas/Parcerias, FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, PNHR – Plano Nacional de Habitação Rural, FDS – Fundo de Desenvolvimento Solidário, Apoio à Produção, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, OGU – Orçamento Geral da União, FNHIS – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, FUNASA – Fundo Nacional da Saúde, SUB-50, cada qual com seus critérios de enquadramento de renda e localidade.

Tendo em vista o déficit habitacional no Estado do Paraná, bem como os constantes aumentos nos custos de produção, envolvendo materiais, mão de obra e terreno, a Companhia de Habitação do Estado do Paraná – COHAPAR tem sido demandada pelos interessados, a exemplo dos Municípios e construtoras, que buscam apoio para a viabilização de empreendimentos habitacionais de Interesse social.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.552.099-7

Recebido
C, 05.06.2012
15h25

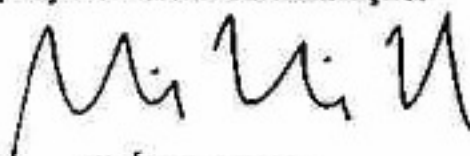
1548/05-06-2012 08:34:68 Nº 65303128 11572012 10 15390

Vale mencionar que programas habitacionais de interesse social destinam-se a famílias carentes, com renda de até 06 (seis) salários mínimos. Trata-se, muitas vezes, de famílias vulneráveis a riscos sociais, que não teriam acesso à moradia sem o auxílio estatal, imprescindível para a redução dos custos dos empreendimentos e enquadramento das famílias nos critérios exigidos pelos agentes financeiros.

Atualmente, para a viabilização dos empreendimentos habitacionais, ocorre a integração dos Governos Federal, Estadual e Municipal do seguinte modo: subvenção da União; programas, doação de terrenos e infraestrutura dos Municípios e a participação do Governo do Estado por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis executados pelas concessionárias de serviços públicos (COPEL, SANEPAR, Instituto das Águas). Porém, esse desenho está defasado e os recursos não são suficientes para a composição dos custos apresentados pelo mercado.

A subvenção através de recursos financeiros poderá substituir a isenção de ICMS já prevista.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



FLÁVIO ARNS
GOVERNADOR DO ESTADO, EM EXERCÍCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/12

Projeto de Lei nº. 257/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 029/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção para execução de ações dos Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, e dá outras providências.

EMENTA: CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL DESENVOLVIDOS PELA COHAPAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder subvenção até o montante consignado pela Lei Orçamentária Anual – LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, para execução de ações desenvolvidas no âmbito de Programas Habitacionais de Interesse Social pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Reservado o disposto nesta Constituição, toda iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

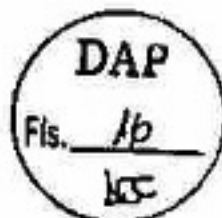
Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de Junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRÉSIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 257/2012

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 029/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “conceder subvenção até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual –LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, para execução de ações desenvolvidas no âmbito de Programas Habitacionais de Interesse Social pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR”.

Os recursos de que trata esta subvenção, terá a cobertura no projeto atividade 1300.16482103.500 – Integralização de Capital da COHAPAR, elencado na Lei nº 17.012 de 14 de dezembro de 2011 – Lei Orçamentária Anual, até o montante de R\$ 507.459.300,00 (quinhentos e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e trezentos reais). Com a finalidade de destinar recursos para programas habitacionais de interesse social a famílias carentes, com renda de até 06 (seis) salários mínimos. Trata-se, muitas vezes, de famílias vulneráveis a riscos sociais, que não teriam acesso à moradia sem o auxílio estatal, imprescindível para a redução dos custos dos empreendimentos e enquadramento das famílias nos critérios exigidos pelos agentes financeiros.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar ora proposto encontra-se embasado no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:


"Art. 135 São vedadas:

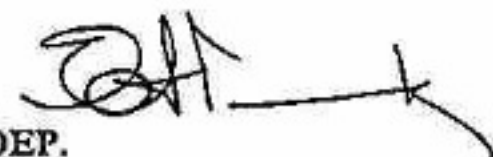
V — abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 12 de junho de 2012.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP.
RELATOR


Cesar Gil


HERMELINO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI 257/12

De acordo com o que dispõe o art. 33-B, do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Finanças vem se manifestar sobre o Projeto de Lei 257/12, proveniente da Mensagem Governamental 029/12, que concede subvenções até o montante consignado na LOA, LDO e PPA ou mediante suplementação orçamentária para execução de ações desenvolvidas pela COHAPAR.


Atendo-se a questão financeira, a Mensagem Governamental indica expressamente em seu art. 1º que a subvenção a ser concedida pelo Poder Executivo vai somente até o montante já consignado nas leis orçamentárias estaduais, ou seja, na Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Sendo assim, considerando que a proposição implicará em impacto financeiro já previsto na legislação orçamentária, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 257/12.

Este é o Parecer.

Sala das Sessões, em 12 de junho 2012.




Deputado Estadual Ademir Bier
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI 257/12

Com fulcro nas disposições do art. 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o presente projeto está sendo discutido e votado em Comissão Geral de Plenário. Sendo assim, vem esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação elaborar o seu parecer.

Preliminarmente, insta salientar que a proposição tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder subvenção até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA ou mediante suplementação orçamentária, para execução de ações desenvolvidas no âmbito de Programas Habitacionais de Interesse Social pela COHAPAR.

A proposta já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

No mérito, verifica-se que a proposição é de extrema importância.

A COHAPAR é o órgão responsável pela execução da política habitacional do Estado do Paraná. Esse órgão tem sido cada vez mais demandado pelos interessados, a exemplo dos Municípios e construtoras, que buscam apoio para a viabilização de empreendimentos habitacionais de Interesse social. Assim, é de suma importância a autorização de subvenção prevista no presente projeto, para que o Poder Executivo atenda a população que necessita do auxílio estatal para ter acesso à moradia.

Nesse sentido, vale lembrar que as disposições do projeto visam atender a população mais necessitada, denotando seu caráter social. De acordo com o art. 2º, os recursos beneficiarão famílias com renda de até 06 (seis) salários mínimos.

Pelo exposto, verifica-se que o projeto é extremamente meritório e que não existem óbices para o prosseguimento normal de sua tramitação. Sendo assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 257/12.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012.

Deputado Estadual
Relator

MARCELO
RANGEL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI 257/12

De acordo com o que determina o art. 33-L do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais vem se manifestar acerca do Projeto de Lei 257/12, oriundo da Mensagem 029/12, que concede subvenções até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual ou mediante suplementação orçamentária para execução de ações desenvolvidas pela COHAPAR.

Tendo em vista o déficit habitacional do Estado, bem como os constantes aumentos nos custos de produção, envolvendo materiais e mão de obra, a COHAPAR tem sido demandada pelos interessados, necessitando da nova composição de recursos previstos no Projeto em tela.

Os recursos serão utilizados em programas habitacionais de interesse social, beneficiando famílias carentes que não teriam acesso à moradia sem o auxílio estatal.

Diante do exposto, considerando que a proposição é de extrema importância e por não haver óbices para a sua regular tramitação, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei 257/12.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2012



Deputado Estadual
Relator

Fernando Scanavacca



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO
PARCIAL

OF/CTL/CC nº 1240/2012

Curitiba, 04 de maio de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 11 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 08/05/2012.

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 042/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 479/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 479/11, de iniciativa parlamentar, tem por finalidade proibir a cobrança de despesas bancárias, tais como a emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato, no qual caso seja descumprida tais proibições gerará a parte infringente determinadas sanções.

Afirma o art. 2º do projeto de lei que, "o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I - advertência escrita;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato; e
- III - cassação da inscrição Estadual."

Estabelece ainda, o art. 3º do referido projeto que, "a fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90)". E em seu parágrafo único, "os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON".

Ocorre que a matéria disposta em ambos os artigos são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

14:26 14/05/2012 00:28:19 MP 02/2012 11615/0170 00 133348



Faz-se necessário observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidas por estas Secretarias, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifo nosso)

O legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei também acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Teoria da Separação dos Poderes, mecanismo clássico de organização e limitação do poder político¹, na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam Executiva, Legislativa e Jurisdicional. Tal produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o "poder controle o próprio poder", impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.

Ademais, esse princípio, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais é assegurado também pela Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 7º:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Inclusive, é possível verificar a existência de inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, que decidiram pela Inconstitucionalidade de leis com vícios semelhantes aos do projeto em comento:

ADI 3178 / AP – AMAPÁ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.



ADI 3178 / AP – AMAPÁ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 27/09/2006 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

EMENTA: Ação direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei do Estado do Amapá. 3. Organização, estrutura e atribuições de Secretaria Estadual. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 4. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. Precedentes. 5. Ação julgada procedente.

- VIDE EMENTA E INDEXAÇÃO PARCIAL: INCONSTITUCIONALIDADE, LEI ESTADUAL, REGULAMENTAÇÃO, PROGRAMA DE SAÚDE ITINERANTE, FINALIDADE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SAÚDE PÚBLICA, DESTINAÇÃO, ZONA RURAL, LOCALIDADE RIBEIRINHA, MEDIANTE, UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE. - FUNDAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, MIN. CARLOS BRITTO: POSSIBILIDADE, LEI, INICIATIVA, PARLAMENTAR, CRIAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA, PRESSUPOSTO, AUSÊNCIA, CRIAÇÃO, FUNDO FINANCEIRO.

Desta forma, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.

Corroborando o que foi mencionado acima, cita-se o Julgado do STF:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 81, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



vício insanável caracterizado pela ^{passagem da} competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida (STF, ADIN N° 2.646-1, REL. MIN. MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM 01/07/2002).

Em que pese a nobre intenção dos Deputados, vislumbra-se, portanto, que os arts. 2º e 3º do projeto da lei se encontram revestidos de vício de iniciativa, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do Poder Executivo. Devendo, para tanto, serem votados.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, tendo o veto parcial incidindo sobre art. 2º e 3º, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17.141



Data 04 de maio

de 2012

Súmula Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no *caput* deverão fazer constar em seus instrumentos o seguinte texto com remissão à presente Lei: "É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário – Lei Estadual nº 17.041/12."

Art. 2º ...Vetado...

Art. 3º ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...

Art. 4º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do



indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CUIRITIBA, em 04 de maio de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Ulife Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

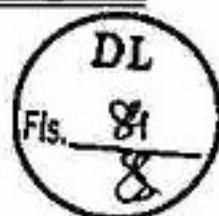
Eton Welter
Deputado Estadual

Leonaldo Paranhos
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 479/11

(Autoria do Deputado Elton Welter e Leonaldo Paranhos)

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no *caput* deverão fazer constar em seus instrumentos o seguinte texto com remissão à presente Lei: "É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário – Lei Estadual nº ____/____."

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I – advertência escrita;
- II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato; e
- III – cassação da Inscrição Estadual.

Art. 3º A fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

Parágrafo único. Os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON.

Art. 4º O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 479/11



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 09 de abril de 2012.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

RCM/TOT/3C

CONFERE COM O ORIGINAL

Assado



JUSTIFICATIVA

A Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça examinou, em consulta que gerou a Nota nº 777 CGAJ/DPDC/2005, a legalidade do repasse ao consumidor de despesa bancária em fatura. Concluiu aquele órgão, na ocasião, "que a cobrança das despesas de emissão de boleto bancário ao consumidor viola frontalmente o disposto nos arts. 39, inciso V e 51, IV, e § 1º, incisos I, II e III, todos do CDC." (Grifamos).

A cobrança de despesas pela emissão de boleto bancário ou de carnê de pagamentos configura-se abusiva, enquadrando-se, assim, nas práticas vedadas de modo genérico pelos arts. 39 e 51 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O art. 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre a responsabilidade, entre outras, por dano ao consumidor. Os §§ 1º e 2º, do mesmo art. 24 informam que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais e que tal competência não exclui a competência suplementar dos Estados.

A Constituição do Estado do Paraná elenca tais atribuições no art. 13, incisos V e VIII, e também no art. 145. Em seu art. 65, a Carta Estadual informa que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa.

Portanto, do ponto de vista constitucional, a matéria é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência concorrente. Assim, também, o Regimento Interno desta Casa respalda a proposição, por força do disposto no § 1º, do art. 121.

De outra parte, não se pretende conferir atribuição nova à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PR, vez que o chefe do Poder Executivo já o fez nos termos do art. 23, do Decreto nº 609/91 (Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania) e na legislação subsequente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 479/11



Os PROCONs, a exemplo da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, são órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor, criados na forma da lei, especificamente para este fim, com competências, no âmbito de sua jurisdição, para exercer as atividades contidas no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto nº 2.181/97, visando garantir os direitos dos consumidores. Conformam tais órgãos o Sistema Nacional de Defesa ao Consumidor (SNDC), conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação e da sociedade civil, para implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo.

O objetivo da proposição é, portanto, evitar que os consumidores sejam excessivamente onerados, vez que, em regra, não têm ciência da cobrança pela emissão de carnê ou de boleto bancário e o Código de Defesa do Consumidor exige clareza nas cláusulas que limitem o direito do consumidor ou que o onerem excessivamente.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 024/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 024/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1240/12

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 479/2011, apensado ao Projeto de Lei nº 557/11, de autoria dos Deputados Elton Welter e Paranhos, respectivamente, que objetiva dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLÊNÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 479/11, apensado ao Projeto de Lei nº 557/11, de autoria dos Deputados Elton Welter e Paranhos que, objetiva dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada inconstitucional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 479/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 12 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 024/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 04 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DL
Fis. 13
8.

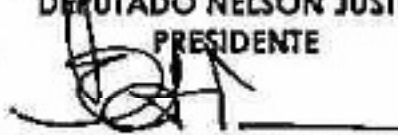
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR